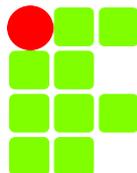




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUÍ**

BOLETIM DE SERVIÇOS

ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI Nº 4.965, DE 05/05/1966.

EDIÇÃO EXTRA Nº 69, DE 27 DE JULHO DE 2022.

ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO A CARGO DA DIGEP

Av. Presidente Jânio Quadros, 330 – Santa Isabel – Teresina – PI CEP. 64.053-390 – Fone (086) 3131-1417



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
CAMPUS COCAL
Rodovia PI 213, Km 21, S/N, Zona Rural, Zona Rural, COCAL / PI, CEP 64.235-000
Fone: None Site: www.ifpi.edu.br

PORTARIA 39/2022 - GDG/DG-COCAL/CACOC/IFPI, de 14 de junho de 2022.

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS COCAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI), nomeado pela Portaria nº 1.661, de 24 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 25 de agosto de 2021, no uso de suas atribuições legais e regimentais, delegadas pela Portaria nº 2.618, de 11/10/18,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores lotados no Campus Cocal, **Jailson Freitas da Silva**, Arquivista, SIAPE: 1180809, **Carlos Vandrê Pacheco Borges**, Técnico de laboratório, Matrícula SIAPE: 2406034, e **Armando de Souza Ferreira**, Assistente em Administração SIAPE: 3051530, sob a presidência do primeiro, para comporem a equipe de planejamento responsável pela realização de estudos preliminares e gerenciamento de riscos para Contratação de prestação de serviço de manutenção corretiva e preventivas de equipamentos de refrigeração - Ares-condicionados, bebedouros e afins.

LUIZ GONZAGA DE CARVALHO JÚNIOR

Diretor Geral

Documento assinado eletronicamente por:

- **Luiz Gonzaga de Carvalho Junior**, DIRETOR GERAL - CD2 - DG-COCAL-CAMPUS COCAL, em 14/06/2022 13:54:36.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 13/06/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 96453

Código de Autenticação: 70a4e07959





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
CAMPUS TERESINA-CENTRAL
Praça da Liberdade, 1597, Centro, Centro, TERESINA / PI, CEP 64.000-040
Fone: None Site: www.ifpi.edu.br

PORTARIA 50/2022 - GDG/DG-TERCENT/CATCE/IFPI, de 22 de julho de 2022.

O DIRETOR GERAL DO CAMPUS TERESINA CENTRAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI) em exercício, nomeado pela Portaria 1.662/2022-GAB/REI/IFPI, de 01 de julho de 2022, no uso de suas atribuições legais e regimentais, delegadas pela Portaria nº 2.618, de 11/10/18 e considerando OFÍCIO 115/2022 - DIAS/DENS/DG-TERCENT/CATCE/IFPI,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **Erico Rodrigues Gomes**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1647978, para responder pela Coordenação do Laboratório de Geologia e Paleontologia do IFPI Campus Teresina Central.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCIÉRIC ALVES DE ARAÚJO

Documento assinado eletronicamente por:

- **Francieric Alves de Araujo, DIRETOR - CD3 - DENS-CAMPUS TERESINA-CENTRAL**, em 22/07/2022 10:48:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 22/07/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 103487

Código de Autenticação: 87c35bdc79





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
CAMPUS TERESINA-CENTRAL
Praça da Liberdade, 1597, Centro, Centro, TERESINA / PI, CEP 64.000-040
Fone: None Site: www.ifpi.edu.br

PORTARIA 51/2022 - GDG/DG-TERCENT/CATCE/IFPI, de 25 de julho de 2022.

O DIRETOR GERAL DO CAMPUS TERESINA CENTRAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI) em exercício, nomeado pela Portaria 1.662/2022-GAB/REI/IFPI, de 01 de julho de 2022, no uso de suas atribuições legais e regimentais, delegadas pela Portaria nº 2.618, de 11/10/18 e considerando OFÍCIO 30/2022 - DISPC/DENS/DG-TERCENT/CATCE/IFPI,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores: **Zacarias Linhares Junior**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1576620, **Joselito Félix Silva Filho**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1221498, **Railson Severiano de Sousa**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 3000852, **Francisco Carlos Nogueira da Costa**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1189442, **Rosilda Maria Alves**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1113371 e **Diego Mendes Pinheiro Costa**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1579151, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Reformulação do PPC do Curso Técnico em Eletrotécnica - Subsequente/Concomitante do IFPI, Campus Teresina Central.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCIÉRIC ALVES DE ARAÚJO

Documento assinado eletronicamente por:

- **Francieric Alves de Araujo, DIRETOR - CD3 - DENS-CAMPUS TERESINA-CENTRAL**, em 25/07/2022 13:01:43.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/07/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 103643

Código de Autenticação: ae21e66d7f





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

PORTARIA 1836/2022 - GAB/REI/IFPI, de 21 de julho de 2022.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Processo nº 23172.001687/2022-48,

RESOLVE:

Nomear, com data retroativa ao dia 08 de julho de 2022, a servidora **Jalva Lília Rabelo de Sousa**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula nº 1860991, do Quadro de Pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), com lotação no Campus Parnaíba, como Coordenadora Acadêmica Local Adjunta do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, no âmbito do IFPI.

PAULO BORGES DA CUNHA

Reitor do IFPI

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Borges da Cunha**, REITOR - CD1 - REI-IFPI, em 21/07/2022 10:13:59.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/07/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 103225

Código de Autenticação: 52f6f8dae1





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

PORTARIA 1865/2022 - GAB/REI/IFPI, de 27 de julho de 2022.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Processo nº 23172.001723/2022-73,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo de vigência da Portaria nº 1329/2022-GAB/REI/IFPI, de 29 de maio de 2022, da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, responsável por apurar as condutas descritas no processo nº 23182.000102/2022-53.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Reitor do IFPI

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Borges da Cunha, REITOR - CD1 - REI-IFPI**, em 27/07/2022 11:56:29.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/07/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 104132

Código de Autenticação: afd7e93171





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 43/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 27 de julho de 2022.

Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23055.002028/2022-65,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT, no IFPI, criado pela Resolução nº 22/2020, de 14 de outubro de 2020, parceria Universidade Aberta do Brasil (UAB) e IFPI, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Borges da Cunha, REITOR - CD1 - REI-IFPI**, em 27/07/2022 10:17:03.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/07/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 101565

Código de Autenticação: e12de87029



**CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO (LATO
SENSU) ESPECIALIZAÇÃO
EM DOCÊNCIA PARA A
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA –
DOCENTEPT**

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO - (OFERTA CAPES/UAB E SETEC/MEC)
TERESINA - PI, JULHO DE 2022**



*CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO (LATO
SENSU) ESPECIALIZAÇÃO
EM DOCÊNCIA PARA A
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA –
DOCENTEPT*

*PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO - (OFERTA CAPES/UAB E SETEC/MEC)
TERESINA - PI, JULHO DE 2022*

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Diretoria de Políticas de Regulação para a Educação Profissional e Tecnológica
Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-IFPI

Reitor

Paulo Borges da Cunha

Pró-reitor de Ensino

Odimógenes Soares Lopes

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

José Luiz de Oliveira e Silva

Diretor de Pós-graduação

Emmanuel Wassermann Moraes e Luz

Diretor de Ensino Superior

Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

Diretora de Ensino a Distância

Claudete de Jesus Ferreira da Silva

Coordenador Geral da UAB/IFPI

Raimundo Nonato Meneses Sobreira

Comissão de elaboração do Projeto de Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (versão original)

Instituto Federal de Santa Catarina

Paulo Roberto Wollinger
Olivier Allain

COLABORADORES

Instituto Federal do Espírito Santo

Mônica Costa Arrevabeni
Danielli Veiga Carneiro Sondermann
Wesley Vitor da Silva

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Marilza Regattieri
Joelma Kremer
Crislaine Kruber
Joedna Hubner


**INSTITUTO
FEDERAL**
Piauí


UAB
**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**



Reelaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT em 2022

Instituto Federal de Santa Catarina

Paulo Roberto Wollinger

Instituto Federal do Espírito Santo

Larissy Alves Cotonhoto

Adaptação do Projeto Pedagógico do Curso do Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT para oferta Capes/UAB e Setec/MEC

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Simone Medeiros

COLABORADORAS

Iara Christina Silva Barroca

Joana Darc de Castro Ribeiro

Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa

Luiz Alberto Rocha de Lira

Adaptação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT para 2ª oferta Capes/UAB e SETEC/MEC no âmbito do IFPI

Emanoela Moreira Maciel



**INSTITUTO
FEDERAL**
Piauí



UAB
**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	8
2 CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA	9
2.1 Apresentação e contextualização institucional	9
2.1.1 Política de Ensino a Distância – IFPI	10
2.2 Breve histórico da oferta do Curso	14
2.3 Fundamentos para a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)	19
2.3.1 Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares	19
2.3.2 Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica	22
2.3.3 Outras dimensões do trabalho	24
2.3.4 Dimensão social do trabalho e da técnica	27
2.3.5 A formação dos Educadores de Trabalhadores	28
2.3.6 Princípios Educacionais	29
2.4 Viabilidade técnica para a oferta nacional	30
2.5. Justificativa	34
2.5.1 Exigência Legal	34
2.5.2 Desafios para a ampliação da oferta de EPT	35
2.6 Objetivo Geral	37
2.7 Objetivos Específicos	38
2.8 Público-alvo	38
2.9 Perfil do Egresso	38

2.10 Infraestrutura	39
2.10.1 Instalações gerais e equipamentos	40
2.10.2 Polos de apoio presencial	41
2.10.3 Biblioteca	43
2.11 Fontes de Recursos Orçamentários	43
3 CORPO DOCENTE E TÉCNICO DO CURSO	44
3.1 Formação de Formadores e equipes locais	44
3.2 Corpo Docente e técnico	45
3.3 Coordenação e Corpo Docente do Curso	45
4 MATRIZ CURRICULAR	48
4.1 Componentes Curriculares	48
4.1.1 Certificações Intermediárias	50
4.1.2 Certificação	50
4.2 Ementário	51
4.3 Metodologia	73
4.4 Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem	76
4.5 Trabalho Final de Curso - TFC	77
4.6 Atividades de atendimento aos estudantes	78
5 ESTÁGIO	78
6 AVALIAÇÃO DO CURSO	79
REFERÊNCIAS	79

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso	Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica - DocentEPT	
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 - Educação 7.08.07.07-8 - Ensino Profissionalizante	
UA Responsável	Campus Teresina Central	
<u>Carga Horária Total</u> 480h	<u>Duração (Meses)</u> 12 meses	<u>Nº vagas</u> 200
Modalidade	Educação a distância	
Sistema de organização	Modular	
Instituições parceiras	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica -Setec/MEC - e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.	
Público-Alvo	Graduados, sendo preferencialmente bacharéis e tecnólogos, que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de educação profissional e tecnológica. O segundo público-alvo preferencial são professores com a mesma formação que atuam no quinto itinerário do ensino médio das redes públicas estaduais.	
Início da oferta	Agosto de 2022	
Período previsto para realização do curso		
() Oferta Regular – Início em: Dezembro/2020		
(x) Oferta única – Início em: Agosto/2022 Término em: Julho/2023 - Replacável a critério do Ministério da Educação - MEC		
Coordenador Institucional da Universidade Aberta do Brasil - UAB		
Nome	Raimundo Nonato Meneses Sobreira	
E-mail	menesessobreira@ifpi.edu.br	Telefone (86) 99997-8572

Carga horária IFPI	DE	Carga horária dedicação ao curso	20 h
Área de formação	Licenciatura Plena em Ciências com habilitação em Matemática		
Link do Currículo Lattes	ID Lattes: 3342150212691276		
Coordenadora do Curso			
Nome	Emanoela Moreira Maciel		
E-mail	emanoela@ifpi.edu.br		Telefone
			(86) 99924-2299
Carga horária IFPI	DE	Carga horária dedicação ao curso	20 h
Área de formação	Doutora em Educação		
Link do Currículo Lattes	ID Lattes: 5066513709643467		

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, com carga horária de 480h, duração de 12 meses, na modalidade a distância, destina-se a graduados, preferencialmente, bacharéis e tecnólogos, que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de educação profissional e tecnológica, com vagas distribuídas em 25 instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes), em sua segunda oferta a partir de agosto de 2022.

2 CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

2.1 Apresentação e contextualização institucional

O objeto desta proposta é a nova oferta do Curso de Pós-graduação (Lato Sensu) Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, para a qual a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica,



do Ministério da Educação Setec/MEC, por meio da parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes/UAB, no âmbito do Edital nº 9/2022, está implementando o presente projeto como um dos objetos, doravante denominado DocentEPT, voltado para a formação de profissionais da educação, com vistas às ofertas de Educação Profissional nas redes públicas de educação.

2.1.1 Política de Ensino a Distância - IFPI

As inovações constantes e velozes nos paradigmas tecnológicos do mundo moderno/contemporâneo, associadas especialmente à evolução do mundo digital e informacional, demandam exigências de adequação aos contextos educativos. As instituições precisam investir cada vez mais na formação de profissionais, na inovação das metodologias de ensino e na atualização dos equipamentos das mais variadas áreas de conhecimento em que atuam. Nesse sentido, no planejamento das ofertas educacionais, o IFPI prevê a incorporação de recursos e equipamentos tecnológicos de forma a propiciar o pleno desenvolvimento da prática pedagógica e do funcionamento dos cursos. Assim, há ações voltadas para a integração dos campi, para a extensão da educação a distância (EAD), de maneira a ampliar polos e ofertas de cursos nessa modalidade, para a utilização da plataforma Moodle, para investimentos em equipamentos de vídeo e web conferências, a fim de possibilitar maior desenvolvimento de atividades de EAD (inclusive das disciplinas curriculares), a formação profissional continuada e o atendimento online ao aluno, para ampliação de cursos de graduação e de pós-graduação (lato e stricto sensu) e para aquisição de laboratórios de Informática.

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade de ensino realizada de forma não presencial, síncrona (simultaneamente) ou assíncrona (a qualquer tempo), utilizando-se de metodologia própria, com o emprego de meios de comunicação que proporcionem interatividade total entre os discentes e os docentes dos cursos. Essa modalidade de ensino necessita de profissionais preparados para a elaboração de materiais didáticos específicos, para a administração de cursos e para a adoção da metodologia e das ferramentas aplicadas em EaD.

A oferta da Educação a Distância, de acordo com o art. 80 da Lei nº

9.394/1996 (LDB), foi regulamentada pelo Decreto nº 5.622/2005, que caracterizou, no seu art. 1º, a Educação a Distância (EaD) como sendo uma modalidade educacional, na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

O objetivo do IFPI com a oferta de cursos na modalidade EAD é o de atender, com maior abrangência geográfica, à demanda das diversas comunidades e empresas com as especialidades e competências dos docentes de seus diversos campi, sem a existência de barreiras de distância, além de proporcionar suporte e implemento de qualidade para os conteúdos dos cursos presenciais. A estrutura curricular dos cursos a distância deverá acompanhar a filosofia já existente nos cursos técnicos e de graduação do IFPI, sofrendo adaptações necessárias às diretrizes curriculares nacionais para os cursos e as especificidades da modalidade a distância. O objetivo da EaD, num contexto bem amplo de inclusão, é atender a uma crescente democratização do ensino, criando possibilidades de acesso e escolarização a um contingente de pessoas que não tem ou não teriam condições de acesso à educação escolar totalmente presencial.

No âmbito do IFPI, a oferta de cursos a distância se faz por meio de pactuações e adesões aos programas do Governo Federal, através de parcerias com municípios e estados. Neste caminho, projeta-se um aumento de ofertas de EAD dentro dos nossos campi de forma compartilhada, potencializando, assim, o incremento de matrículas com a mesma estrutura física. Exemplo disso é o Programa Escola Técnica Aberta do Brasil, e-Tec Brasil. Da competência do Governo Federal, resulta de uma parceria firmada entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), a Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação, as universidades e escolas técnicas estaduais e federais. Foi lançado em 2007 e institucionalizado pelo Decreto nº. 6.301, de 13 de dezembro de 2007, que depois foi substituído pelo Decreto 7.589, de 26 de outubro de 2011.

O programa apoia a oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade a distância, no âmbito de um sistema de educação profissional e tecnológica. Como parte das ações do PDE, tem a finalidade de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, permitindo, também, a capacitação tanto para alunos do ensino médio

quanto para os egressos. O decreto que criou o programa prevê que ele funcione em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. O MEC é responsável pela assistência financeira na elaboração dos cursos. Já os estados, Distrito Federal e municípios ficam com as despesas de estrutura, equipamentos, recursos humanos, manutenção das atividades e demais recursos que são necessários para a instituição dos cursos.

O Ensino Técnico na modalidade a distância vem para derrubar barreiras existentes, como, por exemplo, a geográfica, tendo como suporte a evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação -TICs. No âmbito da educação profissional e tecnológica, ele se propõe possibilitar a melhoria do atual ensino ofertado na Rede Federal de Educação Tecnológica, apoiando ainda mais os cursos presenciais. As mudanças sociais, políticas, tecnológicas, dentre outras ocorridas nos últimos tempos, impactam a educação. Abrem-se demandas nem sempre suficientemente esclarecidas e também novas tecnologias que implicam ritmos de ensino – aprendizagem que impõem uma divisão acentuada de trabalho didático, planejamento e avaliação. Essas mudanças são frequentemente recebidas com resistência, que para ser vencida necessita de esclarecimento e vislumbre de contribuir, efetivamente, para novas perspectivas da vida humana.

Por meio da Rede e-Tec Brasil, o IFPI alcança as suas finalidades e objetivos socioeducacionais em regime de colaboração com as redes que ofertam educação profissional e tecnológica, obedecendo às seguintes diretrizes para estabelecer rede nacional de formação, de serviço, de professores, tutores, coordenadores, equipes técnicas de orientação escolar e de pessoal da área técnica, voltada para a educação profissional e tecnológica, utilizando os recursos e metodologias da modalidade de educação a distância para:

- a) Promover a formação continuada de professores da educação profissional e tecnológica a distância;**
- b) Incentivar a participação de professores em projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias educacionais na área de formação inicial e continuada de professores para a educação profissional e tecnológica;**
- c) Formar profissionais em educação profissional e tecnológica.**
- d) Democratizar, expandir e interiorizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, na modalidade de educa-**

ção a distância;

e) Reduzir as desigualdades de oferta de ensino profissional entre as diferentes regiões do País;

f) Fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino básico, apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Outra forma de oferta de cursos a distância, no âmbito do IFPI, refere-se à Universidade Aberta do Brasil (UAB), que foi criada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2005 com o intuito de expandir a oferta de cursos superiores em instituições públicas, de graduação ou pós-graduação, principalmente para o interior do Brasil. A UAB também incentiva a criação de centros de formação permanentes por meio de polos de apoio presencial em localidades de fácil acesso aos estudantes. O objetivo é articular ações entre as instituições públicas de ensino superior e os entes estaduais e municipais, num processo de parcerias e pactuações.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um projeto construído pelo Ministério da Educação em parceria com os Estados, Municípios e Universidades Públicas de Ensino Superior para oferta de cursos de Graduação, Pós-Graduação, Aperfeiçoamento e Extensão Universitária visando ampliar o número de vagas na educação superior, com prioridade para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério. O Sistema iniciou as atividades em 2007 e, em 2018, contava com a participação de 115 instituições públicas de ensino superior, 730 polos universitários espalhados pelo Brasil e 200 mil alunos ativos. Para o processo de ensino e aprendizagem, o aluno encontra suporte pedagógico nos professores de cada disciplina, nos tutores a distância e nos tutores presenciais.

O aluno possui dois ambientes para a realização dos estudos: presencial no Polo e virtual no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), tendo como forma de ingresso o vestibular e, nas pós-graduações, geralmente o ingresso se dá pela análise do currículo. Deste modo, no âmbito do IFPI, em relação à EaD, ainda há ações que objetivam: fomentar o desenvolvimento e utilização das TICs; estimular a utilização das TICs na educação presencial; e possibilitar a utilização de 20% da carga horária dos cursos presenciais com atividades a distância. Para a oferta de 20% da carga horária a distância, já

existe a Resolução CONSUP nº15, de 24 de abril de 2019, que estabelece normas para a inclusão de disciplinas a distância nos cursos de graduação do Instituto Federal do Piauí. Além disso, estão sendo viabilizadas ações que visam disponibilizar ambiente virtual de ensino-aprendizagem para os cursos presenciais e estimular o desenvolvimento de material didático, conteúdos digitais, vídeos e softwares educacionais.

2.2 Breve histórico da oferta do Curso

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, em 01 de março de 2018, publicou a chamada pública para articulação de cursos superiores na modalidade EaD, no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/MEC, com o objetivo de atender ao artigo 206 da Constituição Federal, em seus incisos V e VII, aos artigos 61 e 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), e as Metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que tratam das diretrizes para os profissionais da educação básica, buscou parceria com a Capes/UAB para que, em regime de colaboração com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pudesse elaborar cursos produzidos sob demanda da Setec/MEC, em áreas estratégicas, com propostas de projetos pedagógicos de cursos (PPCs) unificados e materiais didáticos nacionais, produzidos para compartilhamento junto às instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que aderissem à oferta dos cursos fomentados nacionalmente.

O Edital Capes nº 05 de 2018 estabeleceu normas para seleção de propostas de instituições públicas de ensino superior, integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), para oferta de cursos superiores na modalidade de Educação a Distância (EaD), no âmbito do Programa UAB. O objetivo do edital foi selecionar propostas das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), integrantes do Programa UAB, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com vagas prioritárias para cursos na área de Formação de Professores, em atendimento à Política Nacional de Formação de Professores, conforme Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. De acordo com as regras do edital, as IPES poderiam ofertar cursos convencionais ou nacionais e, neste caso, assumiriam a irrestrita concordância com os

termos do Projeto Pedagógico Nacional e com o material didático produzido, comprometendo-se a ofertá-los de forma integral, acatando o público-alvo a ser atendido.

Nesse contexto, a Setec/MEC apresentou duas propostas para realização de cursos nacionais, sendo uma delas, a oferta de um curso em nível de especialização (*Lato Sensu*), voltado para a formação em docência para professores da educação profissional e tecnológica, visando atender à meta 15 do PNE e a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que asseguram aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por meio de pós-graduação *lato sensu*, de caráter pedagógico.

Segundo a Nota Técnica nº 102/2018/CGFS/DIR/SETEC/SETEC, a proposta de oferta em âmbito nacional do Curso de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica vinha ao encontro da efetivação de políticas públicas voltadas para a Educação Profissional, já projetadas desde o ano de 2003, visto que tinham como meta atender à crescente demanda surgida a partir da expansão do ensino técnico-profissional no país, bem como contribuir para o fortalecimento de ações voltadas à formação de professores da educação profissional. Para atendimento a essa expansão, várias ações foram realizadas no sentido de contemplar a formação de professores.

Dentre essas ações, destacam-se as ofertas de cursos de licenciaturas para os professores com formação técnica, portadores de título de Bacharel e Tecnólogo. Ainda assim, era preciso proporcionar cursos de pós-graduação (*Lato Sensu*), em nível de especialização a esses professores, com vistas à expansão de conhecimentos pedagógicos sobre a docência, tornando-os especialistas na área.

Além disso, as exigências por um novo perfil de formação profissional demandavam um currículo que integrasse tecnologia, ciência e formação humana. Em decorrência disso, novas concepções deveriam integrar as propostas de cursos voltadas à formação docente, especialmente as que abordassem o trabalho como princípio educativo central no processo de formação docente, de modo que contribuísse para a compreensão do professor sobre a importância da intervenção humana no mundo físico e social, assim como nas contradições que também sustentam este universo

Com base nesses pressupostos, o Curso de Especialização em Do-



cência para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) contribuiria para o desenvolvimento profissional do professor da educação profissional. Ademais, essa proposta deveria desenvolver um processo formativo que considerasse não apenas a exigência legal de formação pedagógica para os professores sem licenciatura, conforme é apontado no Art. 40 da Resolução CNE/CP nº 1/2022, mas que contribuísse, também, para a atualização acerca das demandas direcionadas para a Educação Profissional na contemporaneidade.

Para tanto, fez-se necessária uma atualização do debate pedagógico envolvendo a produção do conhecimento a respeito da EPT, assegurada pela contextualização, reflexão e práticas pedagógicas sobre a docência nessa modalidade de ensino, no qual estarão presentes, também, ações que fortaleçam o elo entre ensino-pesquisa-extensão, no âmbito da integração entre ciências, tecnologias e cultura, tomando como referências as diversas configurações de cada realidade institucional. A proposta do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deveria ser encaminhada à Capes/UAB até 31 de julho de 2018, para que fosse inserida no Sistema Integrado da Capes (Sicapes), o qual é utilizado para a submissão de propostas pelas instituições interessadas pelas ofertas relativas ao Edital Capes nº 05/2018.

A adesão pelas instituições públicas de ensino superior foi realizada na 2ª fase de proposição do referido Edital. As instituições que se propuserem ofertar esses cursos, enquanto demanda nacional, deveriam assumir irrestrita concordância com os termos do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), comprometendo-se a ofertá-lo de forma integral, acatando, nos casos informados, o público-alvo a ser atendido. Para tanto, seria necessário solicitar à Capes/UAB um prazo mínimo de dois (02) meses para que as instituições aprovassem os PPCs em seus respectivos Órgãos Colegiados ou Conselhos Superiores.

Conforme o exposto e considerando o curto prazo para a criação do PPC do DocentEPT, bem como a consequente submissão à Capes/UAB, instituiu-se, por meio da Portaria nº 26, de 16/06/2018, Grupo de Trabalho pela Setec/MEC com representantes das Redes de Educação Profissional e Tecnológica que possuíam experiência tanto com a realidade docente na EPT, especialmente no que tange à modalidade a distância, quanto na criação de PPCs, com vistas a facilitar e agilizar a consecução da proposta. Esse Grupo de Trabalho teve como principais objetivos:

- a) realizar diagnósticos dos projetos de cursos existentes nas instituições;
- b) elaborar proposta de oferta nacional de Curso, na modalidade a distância, contemplando requisitos do desenho institucional e pedagógico do Curso; e
- c) conduzir a validação da proposta junto a profissionais da área do Curso.

Nesse contexto, propostas de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) foram apresentadas por diferentes instituições tanto a Setec quanto ao Grupo de Trabalho instituído. No entanto, foi a proposta de Projeto Pedagógico de Curso apresentado pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), que obteve a validação pelo Grupo de Trabalho e pela Setec/MEC, constituindo-se no Curso de Pós-Graduação o (Lato Sensu) em Docência para a EPT, em nível de especialização, sendo ofertado em nível nacional. Para além do PPC, o IFES assumiu, em parceria com a Setec/MEC, a responsabilidade de desenvolver e elaborar os materiais didáticos-pedagógicos do referido Curso.

Assim, o PPC foi disponibilizado para a Capes/UAB e, no âmbito de uma nova repactuação estabelecida a partir de 2020, 11 (onze) instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a UAB aderiram à proposta em que a Capes/UAB disponibilizou 4.002 (quatro mil e duas) vagas, sendo matriculados 3.868 cursistas, em 74 polos de apoio presencial, sendo elas: IFG, IFPE, IFNMG, IFPB, IFAP, IFSP, IFRO, IFPI, IFMT, IFAM e IFRR.

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, mais conhecido como DocentEPT, teve, em sua primeira edição, duas ofertas, sendo uma realizada pela Capes/UAB e uma outra pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). As duas ofertas utilizaram o mesmo PPC e os mesmos materiais pedagógicos produzidos no âmbito do projeto, embora as duas ofertas apresentem estratégias diferentes de implementação, conforme descrição nos parágrafos que se seguem.

O IFES ofertou o Curso DocentEPT, em âmbito nacional, para 26 estados e o Distrito Federal, por meio de Termo de Execução Descentralizado (TED), com apoio financeiro da Setec/MEC, sendo ele a única instituição certificadora para a oferta em todo o território nacional. Para isso, o IFES definiu

uma estrutura organizacional com perfis e equipes específicos, selecionados em todos os estados por meio de editais locais, sob a Coordenação-Geral do projeto dessa instituição.

A oferta do DocentEPT, no âmbito da Capes/UAB, segue a legislação em vigor do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e as instituições participantes da oferta devem integrar a UAB e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cada instituição ofertante é certificadora do Curso de Pós-Graduação em Docência para a EPT. Para isso, são utilizados os polos de apoio presencial da UAB e as equipes são constituídas de acordo com a Portaria nº 110/2019, que regulamentou a Portaria nº 183/2016; a Instrução Normativa nº 2/2017, dentre outras. Com o novo Edital nº 9/2022, a Capes/UAB institucionaliza, em parceria com a Setec/MEC, a oferta do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT para mais 6.120 vagas, distribuídas em 25 instituições que integram o Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Para a sua consecução, a Setec/MEC realizou, por meio dos Ofícios-Circulares nº 93, nº 94, nº 110 e nº 153/2021, levantamento de demanda para a oferta do DocentEPT no ano de 2022, consultando, além das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as Secretarias Estaduais de Educação e instituições vinculadas que ofertam a EPT. O resultado apresentado, por essas instituições, à consulta de demanda encaminhada, subsidiou a Setec/MEC, em parceria com a Capes/UAB, a organizar uma nova oferta para o ano de 2022, com previsão de início em agosto de 2022, conforme Anexo I.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, aqui apresentado, tem a intenção de subsidiar as instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a UAB/Capes na elaboração de seus projetos, já que deverão ser tramitados nas respectivas instâncias dessas instituições, para aprovação e implementação subsequente, de acordo com o que prevê o Edital Capes nº 9/2022.

Importante destacar que a oferta do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT vem ao encontro da Política Nacional de Formação de Professores, em conformidade com o Decreto nº 8.752/2016, como também do atendimento à meta 15 do PNE 2014-2024 e a Resolução CNE/CP 01/2021, que assegura aos professores graduados, não licenciados,

um efetivo exercício na profissão docente, e àqueles aprovados em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por intermédio de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de caráter pedagógico.

2.3 Fundamentos para a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

2.3.1 Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares

Em uma primeira definição, a Educação Profissional é a formação para o trabalho. O trabalho, por sua vez, pode ser entendido como a atividade social humana de produção de bens e serviços que mantém nossa existência. As atividades que cada um de nós desempenha ao longo de sua vida laboral como parte de uma sociedade dinâmica, organizada em torno de profissões diversas e em permanente transformação, em cultura e garantem a dinâmica social.

A espécie humana distingue-se dos animais de várias formas, como: a linguagem, a religião, a arte etc. Além disso, uma das principais características da nossa humanização é a utilização de ferramentas e métodos para produzir os meios para nossa existência e, em geral, nossos modos de vida. Assim, o *homo sapiens* é, também, um *homo faber*, isto é, fabrica seus meios de vida (conceito já elaborado por filósofos como Bergson, Arendt, Weill, Sennett, entre outros).

A capacidade humana de fabricar e utilizar instrumentos, ferramentas e métodos para produção de existência chama-se técnica. Assim, a técnica é a propriedade caracteristicamente humana de utilizar os mais variados recursos materiais e imateriais para produzir seu alimento, indumentária, habitação, remédios, cinema, literatura, e assim por diante. Ou, ainda, retomando as palavras da historiadora da técnica da Sorbonne, Anne-Françoise Garçon, a técnica pode ser descrita de forma geral como: “esta particularidade que tem o homem de inventar ferramentas e procedimentos para agir de modo durável e reproduzível sobre seu ambiente” (2005, p. 2). No entanto, vale prestar atenção nas considerações da autora em relação a essa definição, aparentemente simples:

Cada palavra conta nesta definição: a técnica, enquanto capacidade humana, repousa menos sobre a sua capacidade de usar ferramentas, também presente em alguns animais, do que sobre sua capacidade de memorizar o seu uso, de reproduzir e potencializar seus efeitos. O *homo technicus* transforma um objeto qualquer em ferramenta, memoriza seu uso, valida este uso e o transmite. Consequentemente, a técnica é um processo complexo que insere o gesto em um conjunto cognitivo mais amplo, que cria este conjunto cognitivo conjugando a ação, a reflexão e a memorização. Não há técnica sem trabalho, no sentido hegeliano do termo, isto é, sem elaboração permanente, sem re-questionamento permanente de si pelo indivíduo e da coletividade. Resulta disso, e eis uma questão capital, que a técnica é por definição um processo normatizado, que funciona intrinsecamente por níveis. Normatizada por essência, a técnica engendra por essência a historicidade. Há um hiato grande, entretanto, entre tal essência e sua visibilidade. O homem, ser técnico, tem dificuldade em aceitar-se como tal. Ele tem dificuldade em perceber tudo o que deve a esta aptidão que o funda, em aceitar em que medida a sua relação com a técnica o constrói, em que medida ela pode colocá-lo em perigo em seu ambiente e em sua humanidade. Pouco numerosos, os filósofos da técnica são pouco lidos, pouco divulgados e mal ouvidos, mesmo neste tempo de desregulamentação planetária antrópica. Não obstante o ambiente, a relação do homem com a técnica permanece abandonada na reflexão ontológica.

Dito isso, por já estarmos mergulhados em um mundo assim organizado, mas não percebido como tal, nem sempre reconhecemos a importância de cada uma das nossas profissões. Rose (2007 apud BARATO, 2015, p. 21) relata, inclusive, o “fenômeno da invisibilidade de muitos trabalhos e trabalhadores”, o que reflete uma escala de valores sociais das profissões.

Compreendendo a técnica como a capacidade humana de transformar a natureza e as práticas culturais para sua existência, entendemos que, quando tomamos uma faca e descascamos um alimento para, em seguida, cozinhá-lo e temperá-lo para ser servido, a técnica culinária está em ação para nos alimentarmos. A técnica é, portanto, o nome de grande parte dos modos de intervenção no mundo de que dispomos, desde os mais básicos para a produção da existência, tornando-se um desafio complexo para nós, em comparação com os demais animais, já que não procedem a intervenções conscientes para produção de sua existência, sendo providos pelo ambiente. Por exemplo, quanta técnica foi envolvida e quantos técnicos tra-

balharam no famoso acelerador de partículas do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear - CERN? Quanta técnica o escritor, o ator ou o cineasta usam para lapidar sua obra? De quanta técnica necessitamos a cada dia para satisfazer necessidades básicas? Ao tomarmos o café da manhã, uma infinidade de técnicas foi empregada para o plantio, colheita, processamento, embalagem e distribuição do café, que nos aparece apenas como um objeto num recipiente à nossa estante, em que muitas vezes ignoramos todo o esforço humano ali inserido para que esse simples evento de fazer um café se materialize.

Por meio da linguagem e, mais amplamente, do compartilhamento da experiência, as gerações vão se apropriando dos saberes e dos fazeres da técnica, que elas reproduzem, alteram ou transformam diante de novos desafios. Às vezes, esquecem-se as técnicas também, ou porque delas não precisam mais ou porque outras ganharam predomínio social ou econômico. Em todo o caso, a inovação está relacionada a essa abertura de outras possibilidades para as comunidades, que se dá nos diversos mecanismos de articulação e disseminação de saberes. Um importante mecanismo nesse processo de disseminação é a educação profissional. Constatamos, então, que todo trabalho, toda profissão, envolve o uso de técnicas. Álvaro Vieira Pinto, importante filósofo brasileiro da técnica, chega à seguinte definição: enquanto atividade, o trabalho pode ser considerado o exercício social da técnica (VIEIRA PINTO, 2005).

Importante destacar que não há compartilhamento de técnicas nem Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sem a dimensão da experiência. Pode-se falar a respeito de uma técnica, pode-se entender os procedimentos e os conceitos envolvidos, sem, contudo, saber pô-la em prática. Uma característica peculiar da EP é reconhecer o fazer como fonte privilegiada de saber. Dessa forma, não é apenas na oferta escolar tradicional que privilegia a experiência abstrata ou teórica, cuja importância não nos ocorre contestar, que os valores são aprendidos (BARATO, 2015). É na ação que muitos dos valores que pretendemos transmitir são significados e aprendidos, especialmente em situações de aprendizagem de uma profissão, quando um modo de interação muito particular com a sociedade se organiza e uma relação especial do sujeito aprendiz com sua obra se estabelece.

2.3.2 Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica

As concepções iniciais sobre técnica, apresentadas aqui, válidas para qualquer tempo, lugar ou sociedade, nos levam a apreciar sua importância. Do despertar pela manhã até o momento de dormir, estamos envolvidos em técnicas. Mas, então, por ser tão fundamental na construção da espécie humana, a técnica não mereceria, como outros campos do saber, uma epistemologia, ou seja, uma ciência, com a formulação de princípios e fundamentos, descrições (uma tecnografia), métodos etc.?

Ora, já existe, fora do senso comum, uma ciência da técnica: a tecnologia (*techne* + *logos*) (VIEIRA PINTO, 2005, SIGAUT, 2009). Essa ciência compreende a técnica sempre como atividade consciente e planejada, que vai além da mera repetição de tarefas mecânicas, da “mera” imitação.

Nesse sentido, a formação técnica nunca pode ser confundida com a metáfora do “apertador de parafusos” hapliniana, pois trata de um sujeito pensante, atuante, muitas vezes criativo (ROSE, 2007). Há um pensar *do* e *no* fazer. Teóricos do ensino da EP falam em “conceituação na ação” (PASTRÉ, 2017; VERGNAUD; PASTRÉ; MAYEN, 2019) por parte do sujeito no trabalho. A própria consciência humana se torna possível como efeito da ação do ser humano sobre o mundo (SIGAUT, 2012). Não por acaso, Vieira Pinto requalifica a técnica como *adjetiva* do ser humano, isto é, passa a identificar a qualidade específica do ato humano intencional de construção da existência (também chamado por Marcel Mauss de “ato tradicional eficaz” (2002, p.9)), ao mesmo tempo em que indica sua constituição ontológica, a de um ser que se faz fazendo-se.

Assim, pensada como ciência da técnica, a tecnologia deixa de se confundir com uma simples aplicação da ciência. Isso porque as técnicas têm características próprias, um desenvolvimento próprio, e envolvem um acúmulo de saberes nem sempre pertencentes ou reconhecidos nas demais disciplinas científicas, apesar de muitas vezes se nutrirem delas. As técnicas agrícolas, por exemplo, desenvolveram-se durante séculos sem a constituição de uma ciência agrária prévia (SIGAUT, 1985). Aos poucos, a Agronomia surgiu e passou a conviver interativamente com as técnicas agrícolas. O laço estreito entre as ciências e as técnicas, contudo, não deve apagar as especificidades mencionadas e sim intensificar o diálogo.

Em consequência dessa abordagem de cunho mais epistemoló-

gico, acedemos à compreensão de que a formação técnica não pode ser mera decorrência de uma formação científica. Entende-se, também, que a formação para a técnica e para o trabalho requer grande esforço formativo. Torna-se ilusória, pois, a crença de que, formando cientificamente o sujeito, ele poderá exercer diversas técnicas, supostamente “derivadas” das ciências. Uma técnica da Eletrotécnica, Enfermagem, Química, Radiologia etc., envolve saberes e intervenções que podem ter (ou não) origem nas disciplinas científicas, mas que se constituem numa área técnica, numa tradição laboral ou num conjunto de procedimentos de uma corporação profissional. Claro que as técnicas se conectam e se apoiam em conhecimentos científicos diversos, tanto das chamadas ciências “exatas” como nas “humanas”, mas suas especificidades extrapolam-nas. Sua riqueza aparece em nossos currículos de cursos técnicos e resiste à crença em uma formação científica genérica que as englobaria.

Por exemplo, um Técnico em Eletrotécnica em atividade em seu ambiente de trabalho desempenha um conjunto de atividades, tarefas, protocolos, que vão muito além do domínio da eletricidade como disciplina da Física. Sua prática está muito mais associada à cultura profissional desenvolvida no ambiente de trabalho com os demais colegas da mesma atividade ou de atividades correlatas, do que ao simples domínio dos princípios da eletricidade e magnetismo (os quais fazem parte de sua formação). Dessa forma, é necessário que a formação técnica esteja referenciada ao ambiente, valores, práticas, métodos e protocolos do mundo do trabalho daquela profissão e não, apenas, na fundamentação teórica e das tarefas de sala de aula.

Sendo assim, o desafio educacional posto com tal perspectiva é o de uma interdisciplinaridade ampla (MORAES, 2016), que consiste não apenas em fazer disciplinas científicas reconhecidas se unirem na compreensão dos fenômenos do mundo, mas também em incorporar a técnica e a tecnologia no diálogo dos saberes, dos fazeres e do saber-fazer na formação para o trabalho e a cidadania.

Enfatiza-se, nesse texto, a importância de uma abordagem epistemológica específica para a técnica, uma vez que as ciências tradicionais não a contemplam e considerando que ela ajuda a ampliar a compreensão do papel da Educação Profissional para a sociedade e para o indivíduo. Mas entendemos tal abordagem como um campo amplo de estudos e reflexões em diálogo. Temos vários aportes teóricos possíveis para isso. Depois das te-

orizações oriundas das teses de grandes filósofos a pensar o trabalho como produção da existência do ser humano e também os problemas econômicos do trabalho, autores como Haudricourt (1987), Sennett (2013), Sigaut (1985, 1987, 2009), Vieira Pinto (2005), bem como educadores, sociólogos e psicólogos do trabalho e diversos outros pensadores permitem considerar a técnica, a tecnologia e o trabalho nos inúmeros aspectos que animam seu emprego, sua transmissão, seus desafios, suas virtudes e seus problemas: antropológicos, sociológicos, psicológicos, culturais, subjetivos, identitários, econômicos etc.

2.3.3 Outras dimensões do trabalho

Se “o homem se faz naquilo que faz”, ideia retomada por Vieira Pinto (2005), isto é, se o seu fazer o constrói a ponto de gerar sua própria consciência, interessa, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, examinar como ocorre essa humanização pelo trabalho considerando as múltiplas dimensões que o mesmo possui para o ser humano, além da produção material da sua vida. Sinteticamente, em termos subjetivos e cognitivos, podemos afirmar que o trabalho (e, potencialmente, a formação para o trabalho) promove identificações do sujeito com grupos sociais diversos e o insere em um novo universo de valores, regras, relações de hierarquia, de reciprocidade, de troca, de solidariedade, de conflito etc. Coloca-o frente a responsabilidades e problemas a resolver, desafia-o a adaptar-se a novas situações e a aprender não apenas de tarefas prescritas, mas também da conceituação que o sujeito trabalhador realiza a partir da experiência e das situações (PASTRÉ, 2017).

A análise do trabalho mostra que a atividade real de trabalho fornece ensinamentos e experiências que não necessariamente se confundem com as instruções de tarefas prescritas (GÜÉRIN *et al.*, 2001; PASTRÉ, 2017). Isso pode ser facilmente verificado na atividade do docente, por exemplo, que se depara em sala de aula com situações em que o currículo, o plano de aula ou a teoria educacional não contemplaram. Em suma, o sujeito não para de se construir e metamorfosear-se nas provas e provocações do trabalho (CLOT, 1999).

Vamos refletir sobre algumas dessas dimensões, sem pretender esgotá-las. Começemos pela dimensão estética do trabalho. Ela se relacio-

na, em primeiro lugar, com a obra do trabalhador. Barato (2015) traz vários relatos eloquentes a esse respeito. Citaremos apenas dois. Primeiro, o caso de um aluno do curso de Eletricidade num canteiro de obras de habitações populares. Após finalizar a instalação elétrica, o aluno informa ao professor que vai refazer toda a instalação, o que surpreende o docente, já que tudo estava funcionando normalmente. Mas o aluno avaliou que estava “feia”, apesar de correta, e quis alcançar o que considerava seu “padrão de beleza”, digamos, da obra. Outro caso é o do pedreiro que leva a família para ver a casa que estava construindo para eles, destacando a beleza dos detalhes de acabamentos etc. Em ambos, constatamos uma dimensão estética e pessoal na realização do trabalho.

A dimensão pessoal, isto é, a singularidade com que cada profissional atua, poderá, na verdade, ser verificada em qualquer atividade, apreciada esteticamente ou não, como lembram Güérin *et al.* (2001, p. 18): “Numa metalúrgica, um operário nos disse quem ajustará sua máquina, sem tê-lo visto. [...] Ao receber um cliente, uma funcionária sabe, pelo diálogo que tem com ele, qual a recepcionista que o atendeu”. O caso do eletricitista ou do pedreiro revela, ainda, um aspecto moral ou ético de compromisso com sua prática, que também caracteriza a identidade do trabalhador. Ambas as dimensões dizem respeito a um “sentimento de autoafirmação” do sujeito (BARATO, 2015, p. 21), que, além de obter o que podemos chamar de um “empoderamento técnico”, isto é, a aquisição de uma forma organizada de intervir no mundo e de produzir sua existência, ganha o seu reconhecimento enquanto autor da obra de seu trabalho e enquanto sujeito (co)construtor da sociedade. A dimensão ética aqui evocada se desdobra nos valores que a ação do trabalhador envolve, que vão desde aqueles de uma ética profissional, típica de uma categoria profissional, passando por práticas educacionais (no âmbito da formação), até valores sociais mais gerais. Mais alguns casos ilustrativos: “um aluno do curso de construção civil comenta que no canteiro de obras não se derruba o fruto do trabalho” (BARATO, 2015, p. 22), prática comum nos cursos de edificações, como quando se derruba muros de tijolos para poder repetir o exercício de construção no mesmo lugar. Aqui o aluno ressalta a oposição da prática escolar ao ethos da profissão. Outro caso é o da formadora de cabeleireiros que indica que a preparação de tinta para coloração de cabelos deve ser feita atrás de um biombo, para evitar que a cliente “aprenda o procedimento e deixe de buscar o serviço de cabeleirei-

ras” (BARATO, 2015, p. 22). Aqui uma questão ética se põe: a ética profissional entra em conflito com valores sociais mais amplos. Em todos os casos, há uma “vinculação entre identidade e fazer, geradora de saberes e valores significativos” (BARATO, 2015, p. 25).

Entra em discussão, pois, a dimensão identitária do trabalho e da formação para o trabalho, que não pode ser abordada sem ser relacionada com a dimensão cultural do fazer técnico. Para Sigaut (2009), a entrada no mundo do trabalho é, antes de mais nada, a participação em toda uma cultura técnica e profissional, da qual o sujeito passa a fazer parte. Lave e Wenger (1991) também ressaltaram as relações que se travam de forma emblemática nas formas de aprendizagem em “comunidades de práticas” como corporações, nas quais o saber retirado dos intercâmbios envolve técnicas, valores e desenvolvimento de identidade. Como afirma Barato (2015, p. 26), os aprendizes de um ofício se integram à comunidade, desde o primeiro dia, por meio da produção de obras. Assim, desde o início, a participação na produção, mesmo que em atividades muito simples (pregar botões em uma oficina de alfaiataria, por exemplo), desperta um sentimento de pertencimento à categoria (o aprendiz de alfaiate se percebe como um membro ativo da categoria assim que começa a executar pequenas tarefas vinculadas ao ofício). Dessa forma, aprende-se *com*, não só um *quê*.

Assim, aprender “implica tornar-se uma pessoa diferente em relação às possibilidades abertas por estes sistemas de relações” (LAVE; WENGER, 1991, p. 53). Mas, a dimensão da cultura técnica de uma profissão, longe de ser fechada, é aberta e conectável aos outros planos da cultura. O registro identitário para o sujeito trabalhador ou aprendiz pode ser ampliado e alterado nessas conexões, como quando ele aprende um idioma, uma arte, outras formas de trabalho, outros saberes, outras culturas técnicas da mesma profissão em outros países etc. Pensar a dimensão cultural da técnica e do trabalho e sua interpenetração com a cultura em geral permite, ainda, vislumbrar uma possível superação da divisão entre formação humana e formação técnica, formação intelectual e formação prática, por ajudar a evitar o desligamento do ato técnico das suas implicações sociais, éticas, econômicas, ambientais. Isso porque não se pensaria mais a técnica como separada da cultura ou, até mesmo, como oposição à cultura, um modo de pensar (e agir) enraizado nas sociedades ocidentais há milênios (SIGAUT, 1987).

Em suma, observando as dimensões até agora esboçadas, pode-

mos inferir que a inserção do sujeito aprendiz na cultura do trabalho (e em seus nexos com as “outras” culturas) representa, muitas vezes, uma exposição significativa e contextualizada a muitos dos desafios da cidadania. Com isso, avaliamos melhor o poder transformador da Educação Profissional e Tecnológica para o sujeito. Isso vale tanto para o adulto, que nunca teve a chance de receber uma formação técnica ou tecnológica e passa a poder exercer uma profissão, empoderar-se tecnicamente, emancipar-se social, econômica e culturalmente; quanto para o jovem, que tem a possibilidade de passar por experiências bem diversas daquelas que o ensino exclusivamente propedêutico (que apenas prepara para outra etapa formativa) oferece. Valeria, enfim, lembrar rápida e simplesmente de uma dimensão muitas vezes esquecida do trabalho: o prazer. Se o trabalho pode ser árduo, penoso, ele é, também, uma fonte de prazer. Sem ele as pessoas adoecem (SIGAUT, 2009). As considerações até agora apontadas são apenas indicativas de aspectos relacionados ao trabalho que realçam o valor da Educação Profissional e Tecnológica. Outros aspectos mais problemáticos associados ao trabalho também merecem atenção (alguns deles abordados a seguir), mas não deveriam ofuscar completamente a importância do trabalho e da formação para o trabalho na sociedade.

2.3.4 Dimensão social do trabalho e da técnica

As relações humanas também incluem outros atributos que desafiam permanentemente o ser humano a superá-los: a dominação, a escravidão, a exploração do trabalho alheio, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a conseqüente carência da maioria, para citar alguns. O papel da Educação Profissional, ao formar para a técnica e para o trabalho, também é educar para a cooperação na superação dos desafios que as relações humanas vão desenvolvendo ao longo de sua história (WOLLINGER, 2016). A Educação Profissional e Tecnológica tem, portanto, um duplo compromisso com seus alunos: preparar para o uso responsável e proficiente das técnicas de cada profissão e conscientizar para a participação na superação das injustiças sociais e econômicas que se abatem a cada período, principalmente, pela valorização do trabalho e do trabalhador.

Em várias culturas, as diferenças de remuneração entre atividades manuais, intelectuais e gerenciais são bem menores que as nossas, denotan-

do o reconhecimento do valor das várias formas de trabalho e o estímulo ao trabalhador a reconhecer o seu valor. Nossa herança colonial de sociedade escravocrata marcou profundamente nossa cultura com uma desvalorização do trabalho, especialmente o trabalho manual, por ter sido atividade de escravos (ver autores como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Roberto Damatta, entre outros). Nos dias atuais, essas marcas culturais persistem em várias esferas. Na acadêmica, separa-se a formação “intelectual” da formação “manual”, mesmo quando as formações universitárias são formações profissionais. Até mesmo em documentos de leis, diretrizes curriculares ou em várias outras partes da cultura encontramos evidências da desqualificação ou da fuga das atividades manuais, “operacionais”, do trabalho braçal.

Na Educação Profissional deve consolidar-se a compreensão, como é a de muitos outros povos, de que o trabalho, como exercício social da técnica, é a atividade que nos humaniza, que nos relaciona com o mundo à nossa volta, nos torna parte de um conjunto social, em que a contribuição de cada um, nas mais diversas tarefas, constrói o mundo em que vivemos. Como contextualizar a Educação Profissional para a superação de nossa herança colonial? Qual a compreensão sobre técnica, tecnologia e trabalho na qual a Educação Profissional deve se fundamentar? Como construir um projeto pedagógico que reflita esse compromisso da Educação Profissional com a formação para o trabalho e para a superação das injustiças sociais e econômicas a ele relacionadas? São os desafios que acompanham a implementação da formação docente para a EP.

2.3.5 A formação dos Educadores de Trabalhadores

A formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica deve considerar esses pressupostos na construção dos saberes a serem levados às salas de aula, oficinas e laboratórios, para a construção de um processo educativo transformador da vida daqueles que nele se inserem, seja no plano pessoal, com uma formação que permita ao egresso inserir-se no mundo do trabalho com sua contribuição laboral e reconhecimento profissional; no plano comunitário, pela responsabilidade ética e ambiental em sua atividade técnica; e no plano social, com sua compreensão de que o trabalho é o responsável pela dinâmica da espécie humana, devendo ser

reconhecido, respeitado e valorizado, desde o plano econômico ao plano cultural, como construção coletiva da existência de toda a humanidade.

Consequentemente, trata-se de uma consciência educacional “nova”, ou pelo menos diversa, quando comparada à de uma educação “pro-pedêutica”, isto é, que visa à preparação para uma etapa educacional futura (embora esta seja igualmente necessária, reveste-se de outros significados e finalidades). Incorre-se, também, na necessidade de abordagens pedagógicas e didáticas próprias e que levem em consideração uma multiplicidade de dimensões epistemológicas e sociais novas, referidas acima, que diferem da cultura escolar clássica, baseada na transmissão conceitual de saberes formais e, geralmente, considerados universais e estáveis (GOUDEAUX; POIZAT, DURAND, 2019). Apresenta-se o desafio, então, de abordagens formativas e didáticas que coloquem em cena: a obra do trabalho como mediadora da aprendizagem (BARATO, 2004); a atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações (DURRIVE, 2011; JONNAERT, 2009); a formação, não apenas como transmissão de conteúdos, mas como inserção de atores em comunidades de prática (WENGER, 1998); uma multiplicidade de concepções de aprendizagem; a sua situacionalidade; entre muitos dos aspectos aqui abordados e ainda por abordar com o desenvolvimento deste campo de estudos e de práticas.

2.3.6 Princípios Educacionais

Esse Projeto Pedagógico do Curso DocentEPT considera, como substrato para sua implementação, os seguintes princípios e seus desdobramentos:

- Reconhecimento do trabalho como princípio educativo, produtor e transformador da existência humana;
- Reconhecimento e incorporação na formação das especificidades epistemológicas, históricas, estruturais e políticas da Educação Profissional;
- Fortalecimento da pesquisa, extensão, inovação, experimentação, análise do trabalho real e compartilhamento de práticas como princípios da formação docente.
- Experimentação da atividade real do trabalho para a concepção

e implementação da formação profissional;

- A análise do trabalho como fundamento para a sistematização dos saberes laborais.
- A técnica como propriedade *adjetiva* humana de intervenção no mundo para a produção da existência;
- A atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações;
- A formação como inserção de atores em comunidades de prática;
- A tecnologia como ciência da técnica e como ciência humana;
- Os saberes das Ciências como recursos para a compreensão e intervenção no mundo visando à formação profissional e a transformação social;
- Reconhecimento do docente como trabalhador da Educação Profissional e Tecnológica;
- Implementação da EaD, do ensino híbrido e das tecnologias digitais como estratégias educativas na EPT;
- Interdisciplinaridade ampla como condição de constituição dos fazeres-saberes
- técnico-profissionais e como forma de integração curricular;
- Interprofissionalidade como componente da formação profissional;
- Inovação pedagógica e educacional para a formação de trabalhadores, buscando autonomia, criticidade e desenvolvimento da capacidade de agir;
- Contextualização como a localização dos saberes a partir da realidade laboral e cultural do estudante;
- Atividade e situacionalidade como vetores da aprendizagem em Educação Profissional e Tecnológica;

2.4 Viabilidade técnica para a oferta nacional

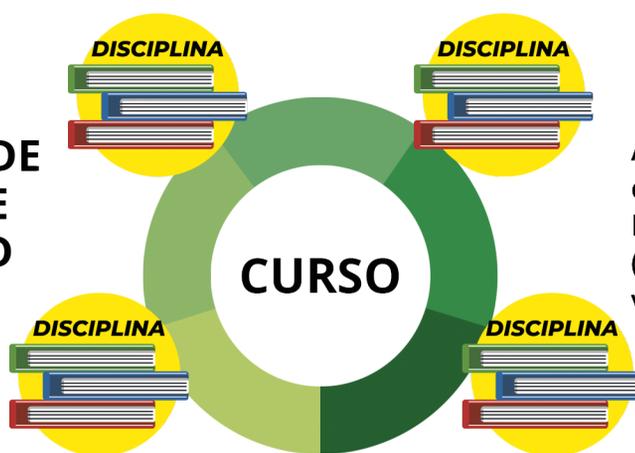
O Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cefor/IFES), além de abarcar a oferta própria de cursos, é responsável pelo desenvolvimento dos materiais pedagógicos do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, atuando no apoio à EaD de todo o Instituto

Federal do Espírito Santo, englobando desde formações iniciais e continuadas até a pós-graduação, bem como na oferta do mesmo Curso para as instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e o Programa UAB/Capes. Nesse sentido, o Cefor presta uma variedade de serviços que vão desde a consultoria para ofertas de cursos em EaD e o uso de tecnologias educacionais na modalidade presencial até a estrutura de tecnologia da informação para interação de alunos, professores e equipes de curso com os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

O Cefor/IFES desenvolveu uma metodologia específica para elaboração dos materiais pedagógicos de curso para essa modalidade de oferta, em âmbito nacional, com o objetivo de garantir que as disciplinas tenham a qualidade necessária para um curso EaD. A Figura 1 apresenta um infográfico representativo da metodologia de elaboração das disciplinas dos cursos ofertados pelo IFES.



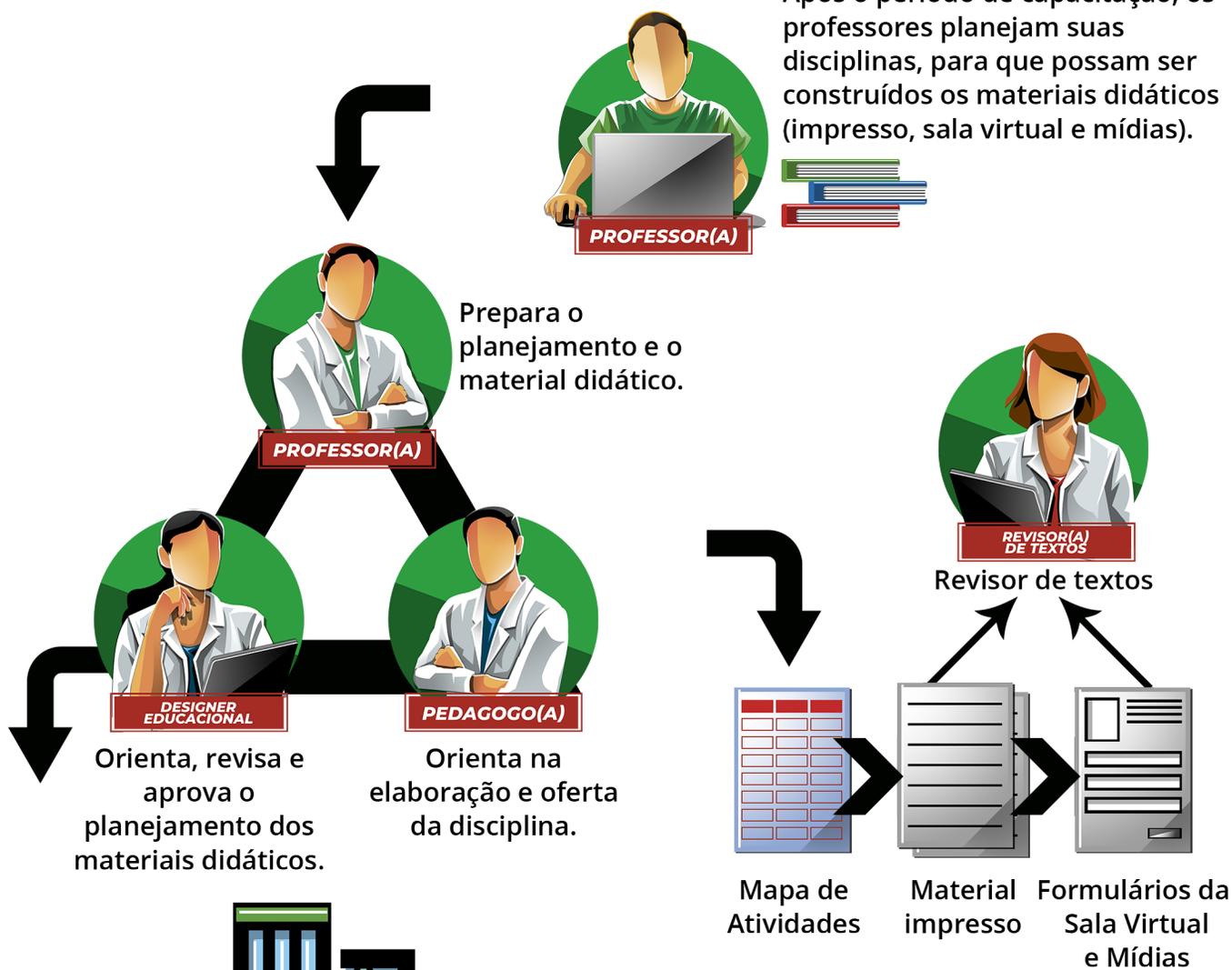
METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DE DISCIPLINAS EAD



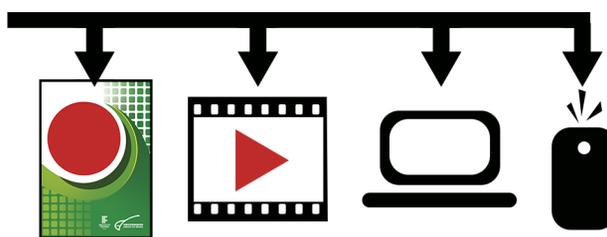
A matriz curricular de cada curso oferecido pelo Instituto Federal do Piauí (IFPI) é composta de várias disciplinas.



Após o período de capacitação, os professores planejam suas disciplinas, para que possam ser construídos os materiais didáticos (impresso, sala virtual e mídias).



A equipe de produção do Cefor/IFPI desenvolve os materiais e as mídias, que retomam para aprovação final do professor.



De acordo com o infográfico representado na Figura 1, os materiais pedagógicos do Curso foram elaborados por uma equipe multidisciplinar constituída por vários atores, em especial o professor formador, o designer educacional e o apoio pedagógico. O planejamento dos cursos é feito de forma integrada entre a equipe, que inclui ainda profissionais especialistas em design gráfico, produção de vídeo e outras mídias. Além disso, todos os materiais desenvolvidos passam por revisão de texto e, quando necessário, são inseridas ações para garantir a acessibilidade de acordo com o perfil dos alunos com deficiência, podendo envolver a contratação de tradutores e intérpretes de Libras e/ou audiodescritores, bem como um planejamento adequado que contemple acessibilidade cognitiva para todos os alunos, em especial alunos com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e transtornos específicos de aprendizagem.

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, que teve os materiais pedagógicos desenvolvidos pelo Cefor/IFES, tem a carga horária total de 480 horas, sendo o público-alvo constituído de portadores de diploma de graduação, preferencialmente, bacharéis e tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica.

A distribuição da carga horária do curso inclui atividades teóricas e práticas, individuais ou em grupos. O curso é composto por nove disciplinas obrigatórias, sendo uma delas o Trabalho Final de Curso (TFC). As disciplinas são realizadas a distância, com previsão de atividades síncronas (*online*) ou presenciais, previstas para acontecer aos sábados, no período matutino, conforme calendário acadêmico da instituição ofertante. De acordo com o cronograma de atividades do curso, as quatro atividades presenciais acontecerão durante a integralização do curso, a depender das orientações da instituição ofertante. Também estão previstos seminários de discussões teóricas e práticas sobre a EPT, em períodos alterados entre o início e o fim dos módulos.

Durante o curso, os estudantes serão orientados a desenvolver o Trabalho Final do Curso (TFC), que consistirá em um projeto de intervenção na prática docente, ou seja, no planejamento, na implementação e na avaliação de um processo educativo para a Educação Profissional e Tecnológica, a ser desenvolvido individualmente pelos estudantes. A orientação do TFC será realizada por um professor-formador/orientador, que acompanhará e mediará a elaboração do trabalho final. A defesa do TFC se dará por meio

de uma banca de avaliação, constituída por membros internos e externos, e será uma defesa pública. Serão convidados a compor as bancas membros internos do curso, bem como profissionais externos que atuam na EPT. As apresentações das defesas dos TFC serão avaliadas mediante atribuição de nota, entre zero e dez pontos, sendo aprovado o estudante que obtiver a nota final mínima de 7,0 pontos.

2.5. Justificativa

2.5.1 Exigência Legal

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9394/1996) determina que o magistério da educação básica seja exercido por professores habilitados para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio - Artigo 62 da LDB (BRASIL, 1996). Assim, a Educação Profissional, enquanto oferta associada à educação básica, considerando especialmente o ensino técnico, inclui-se nessa categoria. As diretrizes do ensino técnico contidas no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, recomendam que, para a formação desse profissional:

[...] quem ensina deve saber fazer. Quem sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja esta educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso. Entretanto, os mesmos precisam estar adequadamente preparados para o exercício da docência, tanto em relação à sua formação inicial, quanto à formação continuada e permanente, pois o desenvolvimento dos cursos técnicos deve estar sob responsabilidade de especialistas no segmento profissional, com conhecimentos didático-pedagógicos pertinentes para orientar seus alunos nas trilhas do desenvolvimento da aprendizagem e da constituição dos saberes profissionais. A formação inicial para o magistério na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e as normas específicas que regem a matéria, de modo especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Os sistemas de ensino devem viabilizar essa formação, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério e

Secretarias de Educação e com instituições de Educação Superior.

De acordo com o inciso II do art. 67 da LDB, “a formação inicial, porém, não esgota o desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada”.

A Lei dos Institutos Federais preconiza, no que tange ao nível superior, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Assim, esta oferta também cumpre as finalidades e objetivos dos Institutos Federais em sua oferta educativa.

2.5.2 Desafios para a ampliação da oferta de EPT

A implementação de programas e ações de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica é urgente e fundamental para o Brasil. Diante da constatação de que “o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta de educação profissional” (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 7), diversas políticas que visam ao desenvolvimento dessa modalidade educacional em larga escala foram implementadas nas últimas décadas, marcadamente a instauração da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujas unidades de ensino foram quadruplicadas em número desde 2004, sem considerar a ampliação das outras redes de ofertantes, tais como a dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, das Redes Estaduais e privadas.

Outro marco de potencial desenvolvimento da Educação Profissional consiste na possibilidade instaurada pela Lei nº 13.415/2018, mais especificamente no que diz respeito ao quinto itinerário do Ensino Médio, voltado para a Formação Profissional e Técnica. Ora, tanto no caso das políticas supramencionadas como na perspectiva aberta com o novo Ensino Médio, a formação docente permanece um dos grandes desafios, uma vez que ainda carecemos de programas que permitam a construção de itinerários de formação dos professores voltados às especificidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Ao regime de contratação de docentes das entidades federais e

estaduais, pautado mormente na titulação acadêmica, por um lado, bem como às recorrentes carências de formação didático-pedagógica daqueles que têm, em todos os âmbitos formativos, a missão de ensinar uma profissão soma-se o desafio de desenvolver abordagens pedagógicas e educacionais que incorporem as dimensões epistemológicas, éticas, estéticas, sociais, ambientais e econômicas do trabalho de modo a promover uma formação de trabalhadores que os empodere em todas as dimensões citadas. Uma formação de trabalhadores qualificada reduzirá o custo no Brasil, uma vez que um trabalhador melhor qualificado aumenta o rendimento de seu trabalho, reduz desperdícios e otimiza recursos. Também uma formação qualificada auxilia na ampliação das ações empreendedoras, agrega valor a produtos e serviços elaborados com maior qualidade, desdobrando-se na melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade brasileira.

É fato que os principais esforços da educação brasileira têm se voltado prioritariamente para a educação propedêutica, com vistas ao Ensino Superior, haja vista haver um milhão de matrículas no Ensino Técnico, contra 8 milhões de matrículas no Ensino Superior (INEP, 2018), quando, na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a relação chega a ser o oposto. Considerando a escolaridade média do brasileiro de 7,6 anos, significando que a maioria dos adultos brasileiros não concluiu a Educação Básica, os recorrentes esforços educacionais não têm surtido o efeito desejável, faltando ainda oportunidades educacionais diversas do Ensino Superior, como a Educação Técnica de Nível Médio e a Qualificação Profissional. Esta cultura educacional só pode ser superada por uma política de estado de longo prazo, que inicie pela formação docente para a Educação Profissional, uma vez que a oferta de vagas vem aumentando com a expansão da Educação Profissional e Tecnológica e deverá aumentar, ainda mais, com o novo Ensino Médio.

Considerando a diversidade de perfis docentes demandados pela Educação Profissional e Tecnológica, um programa de formação de professores de abrangência nacional precisa ser flexível, coerente, de ampla capilaridade e, especialmente, sintonizado às demandas formativas dessa modalidade, que se diferenciam das formações para a educação infantil e o ensino fundamental.

O presente curso insere-se em um projeto que busca atender à diversidade das demandas formativas para professores da Educação Profis-

sional e Tecnológica, desde sua formação inicial, passando pela qualificação profissional, a certificação de saberes, a formação continuada e a produção de soluções e inovações educacionais em programas de pós-graduação. Considerando os dados da Plataforma Nilo Peçanha, dos relatórios dos Serviços Nacionais e do Censo da Educação Básica, estima-se que cerca de 150 mil professores atuem na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil hoje, a maioria dos quais não está habilitada para a docência na EPT. Todavia, com o advento do quinto itinerário do Novo Ensino Médio, voltado para a formação técnica e profissional, esse número deverá, no mínimo, duplicar nos próximos anos.

Assim, docentes da Educação Profissional e Tecnológica já graduados (em grau de bacharel ou tecnólogo), mas sem licenciatura; potenciais docentes de EPT também já graduados e sem formação inicial; além de profissionais da EPT que necessitam de atualização ou qualificação constituem o público-alvo deste projeto de formação para docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Vale salientar que este projeto pedagógico considera a Educação Profissional e Tecnológica como um “campo de estudos” próprio, isto é, conta com concepções e epistemologia específicas, didática própria, abordagens educacionais e metodologias características, constituindo, conseqüentemente, saberes e fazeres inerentes a um campo científico e educacional único - o campo da ciência da técnica.

2.6 Objetivo Geral

O Curso de Especialização Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica é financiado pelo Ministério da Educação (MEC), com gerenciamento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), e objetiva capacitar graduados, bacharéis e/ou tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica, especialmente nos Cursos Técnicos de Nível Médio; estimular a produção e difusão de conhecimento sobre a EPT como campo de estudos; e promover a Educação a Distância como estratégia educativa, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica.

2.7 Objetivos Específicos

- Capacitar professores para as ofertas da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente para os Cursos Técnicos de Nível Médio;
- Estimular a produção e a difusão de conhecimentos sobre a Educação Profissional e Tecnológica como campo de estudos, compreendendo a pesquisa e a extensão como princípios educativos;
- Exercitar a Educação a Distância como modalidade educativa articulada à Educação Profissional e Tecnológica.

2.8 Público-alvo

O público-alvo é constituído por graduados, especialmente bacharéis e tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de educação profissional e tecnológica.

2.9 Perfil do Egresso

Ao fim do curso, o egresso estará capacitado para implementar as seguintes competências:

- preparar uma aula ou atividade equivalente, teórica e prática, constante de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico;
- lecionar com desenvoltura as atividades constantes da sua área de formação;
- elaborar planos de ensino e planos de aula para as unidades a que estiver habilitado a lecionar;
- elaborar e implementar um processo avaliativo afinado aos princípios gerais da Educação Profissional;
- aplicar recursos tecnológicos e da Educação a Distância em atividades educativas;
- participar do planejamento educativo de sua instituição de ensino;

- planejar e executar projetos de pesquisa e de extensão, articulados ao ensino, em Educação Profissional;
- organizar e compor equipe de trabalho para elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio presenciais ou a distância;
- inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional e Tecnológica”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis;
- planejar e implementar práticas pedagógicas inclusivas para alunos com deficiência, garantindo acesso aos componentes curriculares trabalhados a todos.

2.10 Infraestrutura

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, Capes/UAB e Setec/MEC, será ofertado pelas instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). Essas instituições são responsáveis pela oferta e certificação do Curso, bem como pela customização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado pela instituição ofertante do Curso e pela migração dos conteúdos das disciplinas que integram a matriz curricular do DocentEPT, elaborados pelo Cefor/IFES.

O suporte técnico para a migração dos conteúdos das disciplinas do DocentEPT dar-se-á por meio do Cefor/IFES, a partir de contatos (e-mail e telefone institucionais) previamente definidos entre as equipes envolvidas, sob a coordenação da Setec/MEC.

São pré-requisitos estabelecidos e acordados entre as partes envolvidas na implementação do Curso DocentEPT, no âmbito da oferta Capes/UAB e Setec/MEC, a utilização do mesmo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e os mesmos materiais pedagógicos elaborados pelo Cefor/IFES. No IFPI, o curso será ofertado em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e ministrado a partir de plataforma própria da instituição.

2.10.1 Instalações gerais e equipamentos

Por se tratar de um curso ofertado na modalidade a distância, realizado por meio de uma parceria que envolve diferentes instituições e tendo o Cefor/IFES como centro responsável pelo planejamento e pela produção de materiais digitais a serem utilizados tanto para o curso quanto pelas instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e Capes/UAB pela oferta do Curso DocentEPT, destacamos a infraestrutura dessas instituições no que diz respeito à estrutura física e digital de que elas dispõem. Quanto à infraestrutura física, cada instituição definirá previamente o cadastro dos polos de apoio presencial, no Sicapes, considerando os termos definidos nas etapas do cronograma do Edital nº 9/2022 e em conformidade com a legislação em vigor da Capes/UAB.

Sobre a infraestrutura digital, cada instituição gerencia o seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, considerando as plataformas utilizadas localmente, tendo em vista que os conteúdos produzidos pelo Cefor/IFES podem ser migrados com facilidade para cada uma delas. Para esse gerenciamento e acompanhamento, a instituição ofertante definirá as equipes técnicas responsáveis, que podem colaborar com o suporte técnico e pedagógico de customização da plataforma e organização dos materiais digitais no AVA, prestando serviços referentes às questões acadêmicas e tecnológicas. O Cefor/IFES ficará responsável pela orientação sobre a migração dos materiais pedagógicos para os Ambientes Virtuais das instituições ofertantes do Curso DocentEPT, Capes/UAB e Setec/MEC, nos termos definidos pela parceria IFES e Setec/MEC.

No âmbito do IFPI, a infraestrutura física do Campus Teresina Central prevê a acessibilidade arquitetônica através de livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com eliminação de barreiras arquitetônicas. Buscou-se desenvolver adequações físicas em seu prédio, tais como: implantação de um elevador para acesso aos quatro andares da instituição; adequação de corrimão nas escadas do prédio e áreas de acesso; designação de vagas de estacionamento para pessoas com pouca ou nenhuma mobilidade física; disponibilização de um banheiro adaptado com acesso por rampa no piso inferior; sinalização de suas diferentes dependências por meio de placas com escrita em português e em Braille. Está prevista a elaboração de um projeto arquitetônico e colocação de piso tátil para melhorar a mobilida-

de e a segurança de pessoas cegas ou com baixa visão que transitam pelo Campus. O Campus Teresina Central, está localizado à Praça da Liberdade nº 1597, Município de Teresina/PI. Para o curso será disponibilizado um espaço para a coordenação do curso, o apoio Pedagógico e o setor acadêmico (registro acadêmico) e não haverá necessidade de construção de outras estruturas. A seguir,

2.10.2 Polos de apoio presencial

Os polos de apoio presencial no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) são estruturas acadêmicas de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo, destinados à realização de atividades de ensino e aprendizagem referentes aos cursos e programas de Educação a Distância (EaD), de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES). Esses polos UAB são localizados, preferencialmente, em municípios de porte médio, que apresentam um total de habitantes entre 20 e 50 mil, e que não possuam instalações acadêmicas públicas de nível superior.

Os polos UAB podem ser tipificados como efetivos ou associados, conforme segue abaixo:

- **Polo Efetivo:** quando a entidade mantenedora, responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, for um governo estadual ou municipal;
- **Polo Associado:** quando a entidade mantenedora for uma IES integrante do sistema UAB. O Polo UAB associado geralmente localiza-se em um campus de uma IES.

Para implantar ou manter um Polo UAB, a instituição interessada deverá dispor de espaços com mobiliário correspondente as suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação, acústica e ventilação. Ressalta-se que os espaços disponíveis no polo UAB devem garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas, em regime de compartilhamento por todas as IES nele atuantes. Um Polo UAB deve ter uma infraestrutura tecnológica composta, basicamente, por:

- Computadores em número adequado para atender o quantitativo que alunos (as) que se pretende atender no Polo;
- Conexão à internet em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo;
- Ferramentas pedagógicas tais como data-show; lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência web ou videoconferência.

Na oferta do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, Capes/UAB e Setec/MEC, cada instituição definirá, em conformidade com as etapas do cronograma estabelecido pelo Edital Capes nº 9/2022 e o número de vagas disponibilizadas pela Capes/UAB e pela Setec/MEC, os polos de apoio presencial e a relação de vagas disponibilizadas por polo. Essa definição se dará no Sicapes, durante o processo de cadastro das propostas do Curso DocentEPT, em conformidade com os termos pré-estabelecidos com a Setec/MEC.

Cada instituição definirá os polos de apoio presencial, considerando a média de, no mínimo, até 50 cursistas por polo, comprometendo-se a interiorizar a oferta e constituir equipes locais de acordo com a Instrução Normativa nº 2/2017, da Capes/UAB. O apoio do polo presencial ocorre, por meio de realização dos encontros presenciais previstos pela instituição ofertante do curso. Ao longo do processo formativo, podem ser definidos momentos presenciais, a depender do planejamento de cada instituição.

O Instituto Federal do Piauí será responsável pelo processo de seleção, por meio do Edital de Adesão ao DocentEPT, para oferta das vagas em polos UAB do Piauí. Ao longo do curso oito atividades presenciais acontecerão nos polos. As avaliações presenciais e demais atividades presenciais serão acompanhadas, presencialmente, pelo Coordenador de Polo e pelos tutores portanto, cada polo deve ter condições de acomodar as turmas de até 50 alunos, disponibilizando computadores e acesso à Internet, além das condições básicas para as atividades letivas, como sala de aula, banheiros etc.

2.10.3 Biblioteca

Cada polo de apoio presencial conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para estudos e pesquisas, conforme detalhado no item anterior. Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado eletronicamente na plataforma utilizada para oferta dos cursos a distância das instituições. Links e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada unidade curricular. Todo o material didático poderá ser impresso pelo aluno, já que será disponibilizado em formato “PDF”. Os alunos também terão acesso às bibliotecas virtuais do Cefor/IFES e/ou das instituições ofertantes locais. As informações sobre acesso podem ser obtidas no link: <https://cefor.ifes.edu.br/index.php/component/content/article/2-uncategorised/17150-bibliotecas-virtuais>.

Ainda no que se refere a bibliotecas, também é disponibilizado o serviço de acesso às normas da ABNT e Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum. Além dessas, os estudantes podem ter acesso a outras bibliotecas virtuais, como, por exemplo, à Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; o Repositório online ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; *Public Library of Science*; *The National Academies Press*; *Project Gutenberg*; *Google Book*. Os estudantes do curso ainda contam com acesso ao Portal de Periódicos da Capes. Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os alunos no AVA, por meio de links de acesso, conforme demanda das disciplinas.

2.11 Fontes de Recursos Orçamentários

As fontes de recursos orçamentários da oferta do Curso DocenteEPT, Capes/UAB e Setec/MEC efetivam-se por meio de custeio e pagamento de bolsas, em conformidade com os termos estabelecidos no Edital nº 9/2022, considerando a legislação em vigor, com destaque para a Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019; e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

3 CORPO DOCENTE E TÉCNICO DO CURSO

Para a execução dessa proposta, em conformidade com a legislação vigente da Capes/UAB, com destaque para a Portaria nº 102, de 10/05/2019, que regulamenta o Art. 7º da Portaria Capes nº 183, de 21/10/2016, prevê-se a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB, criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Observamos a necessidade de formação de uma equipe mínima, que dê suporte à construção do curso e a outros aspectos administrativos.

3.1 Formação de Formadores e equipes locais

Para o êxito desse projeto, é necessário que toda a equipe multidisciplinar esteja capacitada para a execução de suas atividades, em especial os professores formadores, os tutores e os coordenadores de polo, que serão responsáveis pela mediação dos conteúdos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e pela comunicação com e entre os estudantes.

Enquanto no ensino presencial o processo de ensino-aprendizagem é, em sua maior parte, desenvolvido no encontro entre estudantes e professores, ocorridos em sala de aula, na EaD nem sempre essa comunicação será síncrona. Em grande parte do tempo, o estudante irá interagir com o material didático disponibilizado no AVA. Isso exige, então, um grande esforço de planejamento, já que o material deverá estar adequado para facilitar o aprendizado do estudante. No planejamento acontecerá, então, a produção de textos, vídeos, atividades, animações e outras mídias que integrarão a sala virtual. Para que possa desenvolver essas atividades, é imprescindível a formação do professor formador e dos tutores.

No caso dos tutores, são eles que acompanham todas as atividades discentes desenvolvidas no AVA. É o profissional que mais interage com os alunos, respondendo suas dúvidas e corrigindo as atividades. É preciso que esse ator desenvolva habilidades comunicacionais específicas, além de conhecimentos didático-pedagógicos envolvidos no desenvolvimento de um curso a distância. Em relação aos Coordenadores de Curso, as capacitações auxiliarão na mediação afetiva e no planejamento do acompanhamento virtual e presencial dos alunos.

Com a experiência da Setec/MEC e da Capes/UAB de capacitações

anteriores para estes perfis de profissionais, percebe-se a necessidade de prepará-los para o trabalho, em consonância com princípios pedagógicos norteadores de suas práticas educativas, evitando assim o instrucionismo e/ou a prática pedagógica baseada meramente na intuição. Sem uma capacitação adequada e contextualizada, envolvendo a metodologia utilizada neste PPC, ocorre uma falta de conhecimento dos professores mediadores sobre ferramentas e suas formas de utilização.

Assim, entende-se a importância de uma capacitação que atenda às necessidades técnico-pedagógicas dos envolvidos nesse projeto de formação a distância, evidenciando não apenas os recursos pedagógicos do AVA, como também as amplas relações e idiosincrasias tecidas, inerentes à modalidade da educação a distância. É a partir dessa concepção que essa formação possui um valioso papel.

A formação está prevista para acontecer em dois momentos: no início do curso, destacando e problematizando questões estruturais e a dinâmica do curso. No segundo momento ela será realizada a cada início de módulo, para que os profissionais (professores formadores, tutores e coordenadores de tutoria e de polo) possam compreender as disciplinas em sua estrutura e funcionamento.

3.2 Corpo Docente e técnico

Os profissionais envolvidos na oferta do Curso de Pós-graduação (Lato Sensu), em nível de especialização, em Docência para a EPT, serão selecionados por edital público, em conformidade com a legislação em vigor da Capes/UAB, conforme descrito anteriormente. Os orientadores dos Trabalhos Finais de Curso (TFC) serão os professores formadores, que após formação específica no curso, terão a função de acompanhar e mediar a construção do TFC pelos alunos.

3.3 Coordenação e Corpo Docente do Curso

As equipes do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, oferta Capes/UAB, deverão ser constituídas, minimamente, pelos seguintes perfis de profissionais:



- **Coordenador de Curso I:** com a função de coordenação do Curso DocentEPT na instituição ofertante;
- **Coordenador de Curso II:** com a função de coordenação adjunta do Curso DocentEPT na instituição ofertante e no desenvolvimento de projeto de pesquisa referente à avaliação continuada do referido Curso;
- **Coordenador de tutoria I:** com a função de atuação em atividades de coordenação de tutores do Curso DocentEPT;
- **Coordenador de polo:** com função de atuação em atividades de coordenação e supervisão de infraestrutura a ser disponibilizada em perfeitas condições de uso para viabilizar atividades realizadas no âmbito do polo;
- **Tutoria:** com função de atuação em atividades típicas de tutoria desenvolvidas no âmbito do Sistema UAB, voltada para o acompanhamento das disciplinas do Curso DocentEPT;
- **Professor Formador I:** com função de atuação em atividades típicas de ensino, participantes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino do DocentEPT, responsabilizando-se pelas disciplinas ministradas e pela formação de tutores.

Professor	Disciplina	Habilitação Mínima Exigida
A selecionar através de edital, conforme atos normativos da UAB	<i>Ambientação em Educação a Distância</i>	# conforme edital.
A selecionar através de edital, conforme atos normativos da UAB	<i>Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica</i>	# conforme edital.
A selecionar através de edital, conforme atos normativos da UAB	<i>Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica</i>	# conforme edital.
A selecionar através de edital, conforme atos normativos da UAB	<i>Tecnologias educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica</i>	# conforme edital.

A selecionar através de edital, conforme atos normativos da UAB	<i>Didática Profissional</i>	# conforme edital.
A selecionar através de edital, conforme atos normativos da UAB	<i>Projeto pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica</i>	# conforme edital.
A selecionar através de edital, conforme atos normativos da UAB	<i>Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica</i>	# conforme edital.
A selecionar através de edital, conforme atos normativos da UAB	<i>Pesquisa e extensão tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica</i>	# conforme edital.
A selecionar através de edital, conforme atos normativos da UAB	<i>Trabalho Final de Curso - TFC</i>	# conforme edital.
A selecionar através de edital, conforme atos normativos da UAB	<i>Libras</i>	# conforme edital.

Os critérios de constituição de equipes e de pagamento de bolsas estão determinados na Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019 e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

4 MATRIZ CURRICULAR

O item a seguir apresenta a matriz curricular do curso.

4.1 Componentes Curriculares:

Semestre/ Módulo	Descrição Componentes Curriculares	Professo- res(as)	Obrigatória ou optativa	Carga horá- ria
MÓDULO I Primeiro Semestre (Aperfeiçoamento em Docência para a EPT)	Ambientação em EaD	<i>Selecionar através de edital, con- forme atos normativos da UAB</i>	Obrigatória/ EaD	30
	Epistemo- logia da Educação Profissional e Tecnológica	<i>Selecionar através de edital, con- forme atos normativos da UAB</i>	Obrigatória/ EaD	60
	Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendiza- gem para a Educação Profissional e Tecnológica	<i>Selecionar através de edital, con- forme atos normativos da UAB</i>	Obrigatória/ EaD	60
	Tecnologias educacionais para a Educa- ção Profissio- nal e Tecno- lógica.	<i>Selecionar através de edital, con- forme atos normativos da UAB</i>	Obrigatória/ EaD	60
	Didática Profissional e Tecnológica.	<i>Selecionar através de edital, con- forme atos normativos da UAB</i>	Obrigatória/ EaD	60

MÓDULO II Segundo Semestre (Certificação: Especialista em Docência na EPT)	Projeto Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica	<i>Selecionar através de edital, conforme atos normativos da UAB</i>	Obrigatória/ EaD	60
	Práticas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica	<i>Selecionar através de edital, conforme atos normativos da UAB</i>	Obrigatória/ EaD	45
	Pesquisa e extensão tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica	<i>Selecionar através de edital, conforme atos normativos da UAB</i>	Obrigatória/ EaD	45
	Trabalho Final de Curso - TFC	<i>Selecionar através de edital, conforme atos normativos da UAB</i>	Obrigatória/ EaD	30
	Libras	<i>Selecionar através de edital, conforme atos normativos da UAB</i>	Obrigatória/ EaD	30
Total da Carga Horária de Disciplinas Obrigatórias e Trabalho de Conclusão				480
Carga Horária Total do Curso				480

A Setec/MEC elaborará um cronograma para a oferta do Curso DocenteEPT, em âmbito nacional, no qual constará um roteiro de implementação para todas as instituições ofertantes do curso, que qual ser ajustado de acordo com a realidade e as peculiaridades locais da oferta.

4.1.1 Certificações Intermediárias

Este curso é composto por dois módulos didáticos, com suas respectivas certificações, isto é, ao o aluno que concluir todos os componentes curriculares, será conferido o Certificado de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica. Ao aluno que concluir apenas o Módulo I, será concedida a Certificação Intermediária, de acordo com a carga horária cumprida e a aprovação nas disciplinas. A Certificação será de Aperfeiçoamento em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica. Para obter a Certificação Intermediária, o estudante deverá requerer o referido certificado à Coordenação do Curso, por meio de preenchimento de formulário específico, após ter sido aprovado em todos os componentes daquele módulo. Não haverá emissão automática de certificado, cabendo, pois, ao cursista, fazer a solicitação da certificação.

4.1.2 Certificação

O estudante que obtiver o Certificado de Especialista, emitido pela conclusão deste curso, poderá solicitar a expedição de Diploma de Licenciatura em Docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, consoante o art. 53 da Resolução CNE/CP nº 1, de 2021 e por equivalência com o curso destinado à Formação Pedagógica, de acordo com as normas definidas no art. 21 da Resolução CNE/CP nº 2, de 2019, do Art.4 da Resolução CNE/CP nº 1, de 2022 e resolução interna que regulamenta e estabelece fluxos para a avaliação e validação de formação/complementação pedagógica, desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - diplomação em curso de graduação de Bacharelado ou de Tecnologia;
- II - certificação no curso de Pós-Graduação lato sensu específico de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica com o mínimo de 360 (trezentas e sessenta) horas, e
- III - comprovação de, pelo menos, 400 (quatrocentas) horas de prática pedagógica em docência de componentes curriculares profissionais.

4.2 Ementário

Nome Componente ou Disciplina: Ambientação em Educação a Distância
Carga Horária: 30h (Obrigatória)
Objetivos
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer os conceitos fundamentais da Educação a Distância;• Apresentar Ambientes Virtuais de Ensino e aprendizagem;• Capacitar o aluno para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle;• Conhecer e debater estratégias de aprendizagem a distância;• Orientar os alunos quanto ao estudo na modalidade a distância.
Ementa
Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Estratégias de aprendizagem a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância.
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none">• Histórico e pressupostos teóricos básicos na EaD;• Estudo do paradigma da Educação a Distância (EaD);• Legislação para EaD;• Análise e discussão do processo de construção do conhecimento em EaD: planejamento, monitoramento e avaliação, formação de redes e os processos interativos nas práticas pedagógicas;• Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle;• Ferramentas de Comunicação: e-mail, mensagens, chat e fórum;• Recursos para leituras e atividades: tarefa, grupos, wiki e questionário;• Outros recursos: escolha e glossário;• Sistema de notas do Moodle;• Relatórios de atividades.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

O desempenho do discente será aferido com base no rendimento escolar e na frequência a todas as atividades curriculares, sendo-lhe atribuído notas em uma escala de 0 a 10 pontos, admitindo-se uma casa decimal. A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 7 pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos), conforme disposto na organização didática do IFPI.

Bibliografia Básica

LEMOS II, D. L. **Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem**. Florianópolis: IFSC, 2016.

LITTO, M.F.; FORMIGA, M. **Educação a Distância: estado da arte**. v.1, São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MESQUITA, D.; PIVA JR., D.; GARA, E. M. **Ambiente Virtual de Aprendizagem: Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino a Distância**. São Paulo: Érica, 2014. 168 p.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MOODLE.ORG. Disponível em: <https://moodle.org/?lang=pt_br>. Acesso em: 26 out 2018.

Bibliografia Complementar

BEHAR, P. A. **Modelos Pedagógicos em Educação a Distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p.

BEHAR, P. A. **Competências em Educação a Distância**. Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino a Distância. Referenciais de qualidade para a educação superior a distância. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2018.

CORREIA, R. A. R. **Introdução à Educação a Distância**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 72 p.

MACHADO, D. P.; MORAES, M. G. S. **Educação a Distância: Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem**. São Paulo: Érica, 2015. 112 p.

MATTAR, J. **Guia de Educação a Distância**. São Paulo: Cengage, 2011. 105 p.

PASSOS, M. L. S. **Educação a Distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil**. 1ª ed., 2018. E-book. Disponível em: <<https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2018.

Nome Componente ou Disciplina: **Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica**

Carga Horária: 60h (Obrigatória)

Objetivos

- Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional e Tecnológica descritas acima no perfil do egresso, em especial: inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis.

Ementa

Esta unidade curricular está dividida em três momentos: conceitual, histórico e estrutural. Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social e econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.

Conteúdo

- Fundamentos epistemológicos da EP: conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP;
- Trabalho como exercício social da técnica;
- Educação Profissional como um direito do trabalhador;
- Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica;

- O trabalho como obra;
- O saber do/no trabalho e sua aprendizagem;
- Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho;
- Interdisciplinaridade ampla;
- História da Educação Profissional: trabalho e técnica no Brasil colônia;
- A Educação Profissional no século XIX;
- República: educação e formação para o trabalho;
- Educação Profissional no século XX;
- Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas;
- Políticas e legislação de Educação Profissional;
- Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio;
- Itinerários Formativos;
- Políticas Públicas para a Educação Profissional.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

O desempenho do discente será aferido com base no rendimento escolar e na frequência a todas as atividades curriculares, sendo-lhe atribuído notas em uma escala de 0 a 10 pontos, admitindo-se uma casa decimal. A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 7 pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos), conforme disposto na organização didática do IFPI.

Bibliografia Básica

ALLAIN, O.; GRUBER, C.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

BARATO, J. N. **Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho**. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

BARATO, J. N. **Fazer bem-feito:** valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco. **Educação profissional no Brasil:** síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Senac SP, 2017.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. **As estatísticas da Educação Profissional:** silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, F. **A Cultura Brasileira.** 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir.** Trad. Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

GOMES, L. C. G. As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional na velha república. **Revista Vértices**, ano 5, n. 3, p. 54-74, set./dez. 2003.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. **Trabalho & Educação**, v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago., 2019.

GÜÉRIN, F. *et al.* **Compreender o trabalho para transformá-lo:** a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, A. G. **La technologie science humaine:** recherche d'histoire et d'ethnologie destechniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD 2014:** Síntese de Indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

MORAES, G. H. **Identidade de Escola Técnica vs. vontade de Universidade:** a formação da identidade dos Institutos Federais. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/21409>>.

PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. **Rev. Bras. de Estud. Pedagog.** [online]. Tradução de Crislaine Gruber e Olivier Allain. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>.

PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

PERRENOUD, P. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ROSE, M. **O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador**. São Paulo: Senac, 2007.

SCHWARTZ, Y. O trabalho numa perspectiva filosófica. IN: NOZAKI, I. (org.). **Educação e trabalho: trabalhar, aprender, saber**. Campinas: Mercado de Letras; Cuiabá: UFMT, 2008.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

WOLLINGER, P. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: uma abordagem epistemológica**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília. 2016.

Nome Componente ou Disciplina: **Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica**

Carga Horária: 60h (Obrigatória)

Objetivos

- Proporcionar conhecimentos acerca das teorias de aprendizagem;
- Possibilitar uma visão crítica sobre as concepções de educação, de ensino, de aprendizagem e de relação professor-aluno atinentes a cada uma delas;
- Capacitar o docente a atuar com Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional, a partir de perspectivas contemporâneas de educação.

Ementa

Educação de Adultos: princípios andragógicos e heutagógicos; abordagens e teorias educacionais a atualidade para a Educação Profissional; concepções de aprendizagem na Educação Profissional: teoria da aprendizagem social (ou cognição situada), conceituação na ação (Didática Profissional), teoria ator-rede, sócio-interacionismo no contexto da Educação Profissional, epistemologia da prática ou epistemologias pessoais, inteligências múltiplas, aprendizagem significativa, entre outros.

Conteúdo

- Fatores e processos psicológicos envolvidos na aprendizagem escolar: Inteligência, Criatividade, Memória, Motivação;
- Aprendizagem na educação profissional segundo os Processos de Aprendizagem de Vygotsky, Teoria das Inteligências múltiplas de Gardner;
- Princípios andragógicos e heutagógicos; teoria da aprendizagem social (ou cognição situada - Wenger); teoria da conceituação na ação (pressuposto da Didática Profissional - G. Vergnaud); epistemologia da prática ou epistemologias pessoais (S. Billett);
- Aprendizagem mediada por obras (J. N. Barato).

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

O desempenho do discente será aferido com base no rendimento escolar e na frequência a todas as atividades curriculares, sendo-lhe atribuído notas em uma escala de 0 a 10 pontos, admitindo-se uma casa decimal. A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 7 pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos), conforme disposto na organização didática do IFPI.

Bibliografia Básica

BARBIER, J. M. **Formação de adultos e profissionalização: tendências e desafios**. Brasília: Liber Livro, 2013.

MOREIRA, M. A. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

PERRENOUD, P. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**: um Estudo Experimental da Formação de Conceitos. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Bibliografia Complementar

ALLAIN, O.; GRUBER, C.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional**: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

BARATO, J. N. **Educação Profissional**: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac, 2004.

BARBOSA, E.F.; MOURA, D. G. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 39 n. 2, maio-ago. 2013. Disponível em: <<https://www.bts.senac.br/bts/article/view/349>>.

Nome Componente ou Disciplina: **Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica**

Carga Horária: 60h (Obrigatória)

Objetivos

- Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional descritas acima no perfil do egresso, em especial: conhecer, experimentar e produzir recursos educacionais com ferramentas de autoria para uso no ensino presencial, EAD ou híbrido.

Ementa

Modalidades de ensino, ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais, direitos autorais.

Conteúdo

- Modalidades de ensino: presencial, educação a distância e ensino híbrido;
- Ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais: visão geral de ferramentas e seu uso na experimentação e produção de recursos para educação profissional no ensino presencial, EAD e ensino híbrido;
- Recursos Educacionais Abertos: Vídeos, Simuladores e Jogos;
- Direitos autorais: Proteção dos direitos de autor, Licenças do movimento de Software Livre e licenças Creative Commons.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

O desempenho do discente será aferido com base no rendimento escolar e na frequência a todas as atividades curriculares, sendo-lhe atribuído notas em uma escala de 0 a 10 pontos, admitindo-se uma casa decimal. A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 7 pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos), conforme disposto na organização didática do IFPI.

Bibliografia Básica

BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. **Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação**. São Paulo: Penso, 2015.

BATES, T. **Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2016. Disponível em: <http://abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf>.

CREATIVE COMMONS BR. **Licenças Creative Commons**. Disponível em: <<https://br.creativecommons.org/>>. Acesso em 31 de maio de 2020.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

PONTES, E. **O que é esse tal de copyright?** [s. l.]: [s.n.], 2017. Disponível em: <<https://eadbox.com/copyright/>>. Acesso em: 31 maio 2020.

Bibliografia Complementar

CHRISTENSEN, C.; HORN, M.; STAKER, H. **Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva?** Uma introdução à teoria dos híbridos. [s. l.]: Clayton Christensen Institute. 2013. Disponível em: <http://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf>. Acesso em: 31 maio 2020.

GANDELMAN, H. **De Gutenberg à internet:** direitos autorais na era digital. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PORVIR. **Tecnologias na Educação.** Disponível em <<https://porvir.org/especiais/tecnologia/>>. Acesso em 31 maio. 2020.

SANTOS, A. **Recursos Educacionais Abertos no Brasil:** o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002279/227970por.pdf>>.

SARTORI, A; ROESLER, J. **Educação a Distância:** gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line. Tubarão: Unisul, 2005.

RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA). Conceito de recursos educacionais abertos. [s. l.]: [s.n]. Disponível em: <<http://www.rea.net.br/site/faq/#a2>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

Nome Componente ou Disciplina: **Didática em Educação Profissional e Tecnológica**

Carga Horária: 60h (40h teórica e 20h prática) - Obrigatória

Objetivos

- Desenvolver as competências básicas para a docência na Educação Profissional e Tecnológica;
- Exercitar instrumentos e métodos pedagógicos na docência da EPT;
- Dominar os procedimentos básicos de planejamento e avaliação na Educação Profissional.

Ementa

Fundamentos da didática para a Educação Profissional. Didática Profissional. Atividade Pedagógica na Educação Profissional. Planejamento do ensino na Educação Profissional. Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica. Produção de instrumentos avaliativos.

Conteúdo

- Fundamentos da didática para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Didática Profissional.
- A Cultura Profissional como Elemento para a Didática.
- Atividade Pedagógica na Educação Profissional e Tecnológica.
- Planejamento do ensino na Educação Profissional e Tecnológica. Plano de ensino e plano de aula. Estrutura da aula. Estratégias de Ensino: aprendizagem mediada por obras; Simulação; Imersão; aprendizagem baseada em projetos; aprendizagem baseada em problemas; sala de aula invertida; experimento e experiência na EP; estudos de caso; técnicas de aprendizagem ativa.
- Avaliação na Educação Profissional: funções da avaliação; avaliação de competências, avaliação de atividades técnicas, métodos e instrumentos avaliativos diversos.
- Produção de instrumentos avaliativos: critérios pedagógicos, descritores e níveis de desempenho.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

O desempenho do discente será aferido com base no rendimento escolar e na frequência a todas as atividades curriculares, sendo-lhe atribuído notas em uma escala de 0 a 10 pontos, admitindo-se uma casa decimal. A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 7 pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos), conforme disposto na organização didática do IFPI.

Bibliografia Básica

BARATO, J. N. **Em busca de uma didática para o saber técnico.** Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio-ago. 1999.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. **10 estratégias didáticas para a Educação Profissional.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5_b492448a8e.pdf>.

ECHAZÁBAL, M. M. M.; PÉREZ, M. B. **Didáctica de la educación tecnológica y laboral.** La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional.** Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, I. O.; SALAZAR, V. S.; LEITE, Y. V. P. Processo de ensino e aprendizagem do profissional de cozinha: didática do saber técnico e o restaurante-escola. **Revista Acadêmica da Unigranrio.** v. IX, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3448/1576>>

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. (Org.). **Processos de Ensino na Universidade:** pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3.ed., Joinville: UNIVILLE, 2004.

BARATO, J. N. Em busca de uma didática para o saber técnico. **Boletim Técnico do Senac,** Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.

BARATO, J. N. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a Educação Profissional. **Boletim Técnico do Senac,** Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 4-15, set.-dez. 2008.

BARATO, J. N. **Fazer bem feito:** Valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015.

BECKER, F. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. **Educação e realidade.** Disponível em: <<http://www.marcelo.sabbatini.com/wp-content/uploads/downloads/becker-epistemologias.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2016.

BERBEL, N. A. N. (Org.). **Metodologia da problematização**: fundamentos e aplicações. Londrina: UEL/INEP, 1999.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
Disponível em: <https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf>

ECHAZÁBAL, M. M. M.; PÉREZ, M. B. Didáctica de la educación tecnológica y laboral. **La Habana**, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional**: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Nome Componente ou Disciplina: **Projeto Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica**

Carga Horária: 60h (Obrigatória)

Objetivos

- Capacitar professores para a concepção de cursos técnicos, presenciais ou a distância; Capacitar professores para a construção de projetos pedagógicos de certificação de saberes profissionais e de cursos PROEJA;
- Discutir sobre currículo no âmbito da EPT.

Ementa

Currículo na EPT. Metodologias de construção de projeto pedagógico na Educação Profissional. Análise da atividade laboral como fundamento para a concepção de cursos na Educação Profissional. Educação por competências. Certificação de saberes profissionais. Currículo de PROEJA.

Conteúdo

- Currículo na perspectiva da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- Metodologias para a concepção de cursos da Educação Profissional: DACUM; análise da atividade; ERGON-EP.
- Contribuições da análise da atividade na concepção de cursos na Educação Profissional.
- Educação por competências: conceitos e abordagens.
- Elementos de estruturação do currículo na Educação Profissional.

- Certificação de saberes profissionais: noções básicas, construção de projeto pedagógico e certificações profissionais.
- Currículo de PROEJA.
- Formação laboral como atividade de extensão.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

O desempenho do discente será aferido com base no rendimento escolar e na frequência a todas as atividades curriculares, sendo-lhe atribuído notas em uma escala de 0 a 10 pontos, admitindo-se uma casa decimal. A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 7 pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos), conforme disposto na organização didática do IFPI.

Bibliografia Básica

BRASIL. Lei 9394/96, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 06 mar. 2020.

JONNAERT, P. **Competências e Socioconstrutivismo**: um quadro Teórico. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. (Org.). **Didática profissional**: princípios e referências para a educação profissional. 1. ed. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. v. 1. Disponível em: <<https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/Livro+Didatica+Profissional-VFINAL-ISBN-online.pdf/9367b0c5-009e-4552-9330-2503828e71ad>>.

GRUBER, C. **ERGON-EP**: aplicação da Ergonomia da Atividade na concepção de cursos da Educação Profissional. 2019. 166 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2019.

Bibliografia Complementar

GRUBER, C. *et al.* Desenvolvimento de projetos de cursos na Educação Profissional: uma revisão de literatura. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 117-137, 2019.

GÜÉRIN, F. *et al.* **Compreender o trabalho para transformá-lo**: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

MULDER, M. (Ed.). **Competence-based Vocational and Professional Education**: bridging the worlds of work and education. Springer, 2017.

NORTON, Robert E. **DACUM Handbook**. 2. ed. Columbus: Ohio State University Press.,1997.

PASTRÉ, P. A análise do trabalho em didática profissional. Trad. Olivier Allain e Crislaine Gruber. **Revista brasileira Estudos pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 250, p. 624-637, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>.

Nome Componente ou Disciplina: **Práticas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica**

Carga Horária: 45h (Obrigatória)

Objetivos

- Saber debater e problematizar o papel do currículo na educação profissional e Tecnológica inclusiva;
- Discutir, criticamente, o planejamento da prática educativa para que o currículo contemple adequações necessárias para o atendimento das diferenças e das especificidades da educação profissional;
- Compreender a prática da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência.

Ementa

Modelos teóricos sobre deficiência: implicações históricas, conceituais e políticas. Deficiência, constituição do sujeito e práticas sociais. Deficiência e trabalho. Público-alvo da Educação Especial na interface com a EPT. Práticas inclusivas na Educação Profissional. Acessibilidade e tecnologias assistivas.

Conteúdo

- Modelos teóricos da deficiência: perspectivas históricas, legais e científicas.
- O processo ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência.
- A inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho.
- Práticas pedagógicas tradicionais e inclusivas.

- Avaliação no processo ensino-aprendizagem.
- Acessibilidade e tecnologias.
- O atendimento educacional especializado.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

O desempenho do discente será aferido com base no rendimento escolar e na frequência a todas as atividades curriculares, sendo-lhe atribuído notas em uma escala de 0 a 10 pontos, admitindo-se uma casa decimal. A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 7 pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos), conforme disposto na organização didática do IFPI.

Bibliografia Básica

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva, 2017. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades especiais**. 2 ed. Coordenação Geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 04 abril 2018.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FRANÇA, T. H. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, [S.l.], v. 17, n. 31, p. 59-73, dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/l/article/view/25723>>.

FREITAS, M. C. O **aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência**. São Paulo: Cortez, 2013.

SONZA, A. P.; SALTON, B. P.; DALL AGNOL, A. **Reflexões sobre o currículo inclusivo**. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <<https://cta.ifrs.edu.br/livro-reflexoes-sobre-o-curriculo-inclusivo/>>. Acesso em abril de 2020.

Bibliografia Complementar

FANTACIN, R. A. F.; DIAS, T. R. S. Adaptações Curriculares: a Percepção de Alguns Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.3, n.1, p. 24-35, Jan.-Jun., 2016. Disponível em: www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299 HYPERLINK <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/iHYPERLINK> ["http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299"](http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299)ndex.php [/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299](http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299). Acesso em: 18 maio 2018.

JESUS, D. M. de; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (org.). Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível: <[_06/editora/formacao.pdf](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf)> HYPERLINK ["http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf"](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf) HYPERLINK ["http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf"](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf)tora/formacao.pdf>. Acesso em: 18 maio 2018.

PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Revista Poiesis Pedagógica**. Catalão/GO, v. 12, nº 1, p. 7-26, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

SALTON, B. P.; DALL AGNOL, A.; TURCATTI, A. **Manual de acessibilidade em documentos digitais**. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SMITH, D. D. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão**. 5. ed. Porto Alegre, Artmed, 2016. Coleção: Minha Biblioteca

VALLE, J. W; CONNOR, D. J. **Ressignificando a deficiência:** a Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola. Amgh Editora, 2014. Coleção: Minha biblioteca

Nome Componente ou Disciplina: **Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação Profissional e Tecnológica**

Carga Horária: 45h (Obrigatória)

Objetivos

- Compreender a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento, na prática pedagógica e profissional;
- Compreender o trabalho, a pesquisa e a extensão como princípios educativos;
- Saber elaborar propostas de pesquisa e extensão articuladas ao ensino com foco no desenvolvimento socioeconômico;
- Entender a inovação como processo de intervenção tecnológica e social, aplicando-o nas atividades pedagógicas e educacionais;
- Discutir as contribuições da curricularização da extensão para a formação integral humana e na retroalimentação de saberes e ações para promoção de mudanças na sociedade;
- Analisar a importância da integração das escolas técnicas com o setor produtivo na perspectiva da formação integral para o mundo do trabalho.

Ementa

Articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O trabalho como princípio educativo e para pesquisa e extensão. Pesquisa e extensão tecnológicas como prática de ensino: estudos de casos. Curricularização da extensão. Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias aplicadas à EP. A inovação como processo de intervenção tecnológica e social. Lei da inovação (lei 13.243/2016 e Decreto 9283/2018). Articulação entre escola técnica e setor produtivo (com estudos de casos).

Conteúdo

- A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- O trabalho como princípio educativo.
- A articulação entre trabalho, pesquisa e extensão.
- Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias e aplicação na Educação Profissional.
- Inovação e seu papel tecnológico e social.
- A extensão nos currículos escolares.
- A integração das escolas técnicas com o setor produtivo.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

O desempenho do discente será aferido com base no rendimento escolar e na frequência a todas as atividades curriculares, sendo-lhe atribuído notas em uma escala de 0 a 10 pontos, admitindo-se uma casa decimal. A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 7 pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos), conforme disposto na organização didática do IFPI.

Bibliografia Básica

BARREIRO, J. H. L. C. D; TURRA, F. A. Um Estudo Exploratório Sobre Extensão Tecnológica: Suas Bases e Fundamentos para a Gestão de Políticas Públicas. In: XI CAMARGO, Celia Reis (org.). **Experiências Inovadoras de Educação Profissional**: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador. São Paulo: UNESP, 2002.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

JULIANI, D. P. et al. **Inovação social**: perspectivas e desafios. Revista Espacios, v. 35, n. 5, 2014.

PEREIRA, A. F. **Metodologia científica e inovação tecnológica**: desafios e possibilidades. Brasília, DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.

Bibliografia Complementar

SEMINÁRIO LATINA-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 11., 2005, Salvador. Artigo. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/295869631_Um_Estudo_Exploratorio_Sobre_Extensao_Tecnologica_Suas_Bases_e_Fundamentos_para_a_Gestao_de_Politiclas_Publicas>BMEC.

PESQUISA Básica e Pesquisa Aplicada. 2014. Disponível em: <<http://ibmec.org.br/geral/pesquisa-basica-e-pesquisa-aplicada/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.** Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm>. Acesso em: 25 maio 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.** Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm>. Acesso em: 25 maio 2020.

Nome Componente ou Disciplina: **Trabalho Final de Curso**

Carga Horária: 30h (20h teórica e 10h prática) - Obrigatória

Objetivos

- Exercitar as competências didáticas no ambiente de Educação Profissional e compreender a Escola Técnica como uma comunidade de práticas de EP.

Ementa

Imersão no ambiente de formação profissional. Observação de aulas teóricas e práticas na educação profissional. Levantamento e análise de informações pedagógicas. Desenvolvimento de projeto de intervenção na prática docente. Socialização dos projetos.

Conteúdo

- Revisão das principais atividades desenvolvidas ao longo do curso para subsídio à intervenção;
- Construção do Projeto de intervenção;
- Escolha de procedimentos, técnicas e métodos sintonizados à formação profissional;
- Implementação do Projeto de intervenção;
- Elaboração de relatório de atividades.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

O desempenho do discente será aferido com base no rendimento escolar e na frequência a todas as atividades curriculares, sendo-lhe atribuído notas em uma escala de 0 a 10 pontos, admitindo-se uma casa decimal. A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 7 pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos), conforme disposto na organização didática do IFPI.

Bibliografia Básica

MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. Observações em sala de aula, algumas percepções. **Colloquium Humanarum**, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul.-dez. 2014.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar

DTE: Design Thinking para educadores. Disponível em <<http://www.dtparaeducadores.org.br>>. Acesso em 10 jul. 2017.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação: observação.** Brasília: Plano, 2003.

Nome Componente ou Disciplina: Libras

Carga Horária: 30h – Obrigatória

Objetivos

- Entender aspectos linguísticos, históricos e culturais que permeiam a Língua Brasileira de contextos educacionais e contextos não formais;
- Conhecer os aspectos históricos da educação de surdos;
- Identificar as bases legais que determinam o uso Libras em contextos educacionais. Conhecer aspectos gramaticais da Libras.

Ementa

Processo histórico-educacional do indivíduo surdo. Direitos legais dos indivíduos surdos. Concepções sobre a surdez. A gramática da Língua Brasileira de Sinais. A prática da Língua Brasileira de Sinais em contextos de comunicação informal.

Conteúdo

- Concepções sobre a surdez; História da Educação de surdos; Legislação e Libras; Gramática da Libras; A Libras em contextos educacionais e contextos de uso informal.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

O desempenho do discente será aferido com base no rendimento escolar e na frequência a todas as atividades curriculares, sendo-lhe atribuído notas em uma escala de 0 a 10 pontos, admitindo-se uma casa decimal. A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 7 pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos), conforme disposto na organização didática do IFPI.

Bibliografia Básica

BRITO, L. F. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995

FELIPE, T. A.; MONTEIRO, M. S. **Libras em contexto: Curso Básico: Livro do professor**. 7. ed. Rio de Janeiro: WallPrint, 2008.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

LOPES, M. C. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOPES, M. C.; FABRIS, E. T. H. **Inclusão & educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SKLIAR, C. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.

Bibliografia Complementar

KARNOPP, L. B.; QUADROS, R. M. **Língua de Sinais Brasileira**: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. **Tenho um Aluno Surdo, e Agora?** Introdução à Libras e Educação de Surdos. Rio de Janeiro: Edufscar, 2013.

PERLIN, G. O lugar da cultura surda. In: THOMA, A. S.; LOPES, M. C. (Org.). **A invenção da surdez**: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PEREIRA, M. C. C. (org.). **Libras**: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.

SILVA, R. D. **Libras**: Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Pearson, 2015.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: EdUFSC, 2008.

4.3 Metodologia

Esse curso será desenvolvido em dois semestres letivos, na modalidade a distância. As atividades educativas incluem:

- material didático digital, com textos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, permitindo que o aluno possa imprimir, caso queira;
- vídeo-aulas para aprimoramento de conteúdos;
- indicação de leitura e material suplementar, para pesquisas futuras;
- gravação em áudio do material escrito, a critério docente;
- atividades educativas para fixação de conteúdos e reflexão sobre os principais temas;
- atividades presenciais realizadas nos polos de apoio presencial do curso;

- atividades diversas e relevantes para a formação do docente da EPT, incluindo: imersões em atividades laborais e educacionais reais, compartilhamento de práticas, experiências, projetos, conteúdos e percepções inovadoras na EPT;
- atividades de pesquisa e elaboração de relatórios individuais ou em grupos;
- indicação de bibliografia atualizada para aprofundamento de estudos;
- fórum de dúvidas e discussões sobre temas das aulas;
- materiais acessíveis para o caso de alunos com surdez ou deficiência visual;
- sistema de mensagens para acesso aos tutores ou à Coordenação do Curso.

Todo o material pedagógico constará de textos elaborados pelos professores conteudistas (planejam e elaboram os conteúdos das unidades curriculares definidas), que também serão os professores formadores, sendo acrescido do máximo de figuras, gráficos, tabelas, *hiperlinks* ou vídeos para enriquecer a aprendizagem, bem como de material de outras fontes pertinentes às temáticas estudadas.

Nesse projeto, o professor formador e/ou professores conteudistas, além de preparar(em) todo o material didático a ser usado na disciplina, incluindo as avaliações, participará de atividades de formação de formadores no início da oferta das disciplinas, em encontros realizados pela Setec/MEC.

Esse curso contempla a oferta de dois módulos de atividades letivas, subdivididas em blocos, por meio do agrupamento de disciplinas, para que os professores possam atuar de forma interdisciplinar, especialmente na proposição de avaliações integradas e tarefas avaliativas comuns, com vistas a exercitarem os princípios da educação por competência, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (2012, 2021):

1ª Etapa:

O curso terá início por meio de uma abertura formal, intitulada Aula Inaugural, constituída da presença de representantes das instituições

parceiras, ou seja, da Setec/MEC, das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que aderiram a oferta Capes/UAB, bem como especialistas convidados. Em seguida, o início do curso será determinado pela oferta da disciplina “Ambientação em Educação a Distância”, que iniciará os alunos na educação a distância e no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, que terá duração de três semanas, com vistas a garantir, ao aluno, o domínio pleno da plataforma do AVA. Essa disciplina também deverá capacitar os tutores a distância, para que possam dar suporte aos alunos durante a oferta do curso.

2ª Etapa:

Nessa etapa, serão ofertadas as duas disciplinas, de forma simultânea, a saber: “Epistemologia da Educação Profissional”, “Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional”. Na sequência, serão ofertadas, também de forma simultânea, as disciplinas: “Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional” e “Didática para a Educação Profissional e Tecnológica”. Para essas disciplinas, serão realizadas atividades avaliativas integradas, para que seja exercitada a interdisciplinaridade na formação docente.

3ª Etapa:

Nessa última etapa, serão oferecidas as disciplinas “Projeto Pedagógico na Educação Profissional”, “Práticas Inclusivas na Educação Profissional”, “Pesquisa e Extensão Tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica”, “Trabalho de Conclusão” e “Libras”. As duas primeiras serão ofertadas simultaneamente; em seguida e da mesma forma, as outras duas e, por fim, o Trabalho Final de Curso (TFC). Para essas disciplinas, serão realizadas atividades presenciais e/ou síncronas avaliativas integradas, exercitando a interdisciplinaridade na formação docente. Recomenda-se que enquanto as disciplinas de Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação Profissional e Tecnológica e Libras estejam sendo ofertadas, os alunos possam iniciar o trabalho de pesquisa para a elaboração das intervenções educativas na EPT – proposta constante da elaboração do Trabalho Final de Curso (TFC).

4.4 Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem obedecerá, no que couber, às determinações do Regulamento de Organização Didática de cada instituição ofertante, incluindo as seguintes especificidades: a avaliação da aprendizagem deve ter, sempre, o perfil profissional como referência os objetivos e as competências aqui descritos, além das competências inerentes a cada componente curricular. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de aprendizagem, visando a construção de novos saberes. Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados e devem constar no plano de ensino da cada unidade curricular, estimulando o aluno à pesquisa, à reflexão e à criatividade. As avaliações de cada unidade curricular podem constar de:

- observação da participação dos alunos pelos professores, no AVA e nas atividades;
- trabalhos de estudo ou pesquisa individual ou em grupo;
- provas escritas, com ou sem consulta;
- exercícios de fixação ou aprimoramento como jogos e roteiros dirigidos;
- planejamento e execução de projetos;
- relatórios referentes aos trabalhos, experimentos ou atividades extraclasse;
- atividades práticas referentes à formação docente, entre outras.

Os critérios de aprovação incluem o desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, incluindo o cumprimento de, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos pontos destinados à avaliação, considerando uma escala de zero a dez. Portanto, os alunos que não atingirem nota igual ou superior a sete serão desligados do programa, conforme regulamento do curso.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de uma nova atividade avaliativa, no decorrer do período letivo, com vistas à promoção da aprendizagem. As novas atividades poderão constituir-se de estratégias alternativas, votadas para o atendimento de necessidades específicas, tais como a execução de atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou por meio de estudos dirigidos. Ao final dos estudos de recuperação,

o aluno será submetido a uma nova avaliação, sobre a qual prevalecerá o maior valor entre o obtido na avaliação realizada anteriormente ao processo de recuperação e o obtido na avaliação aplicada posteriormente ao período da recuperação.

4.5 Trabalho Final de Curso – TFC

O artigo 53, parágrafo segundo, alínea II da Resolução CNE/CP nº 01/2021, no que trata da formação docente para a EPT, estabelece:

II - participar de curso de pós-graduação lato sensu de especialização, de caráter pedagógico, voltado especificamente para a docência na educação profissional, devendo o TCC contemplar, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente em cursos e programas de educação profissional;

O presente projeto estabelece que o Trabalho Final de Curso (TFC) seja constituído de elaboração e posterior apresentação de um projeto de intervenção, desenvolvido por cada cursista, individualmente, e que esteja fundamentado a partir dos conteúdos trabalhados nas disciplinas do curso. Será disponibilizado material instrucional, bem como capacitação aos professores-orientadores, os quais mediarão a elaboração e execução do trabalho final, e também aos profissionais envolvidos nessa etapa de avaliação, para que possam realizar os preparativos e o acompanhamento local da elaboração e da apresentação de cada TFC.

Como se trata de uma intervenção, caberá, ao aluno, a elaboração e a construção dessa atividade, mediante as orientações do professor formador/orientador do TFC. As bancas de defesa serão compostas pelo professor formador/orientador do TFC, pelo coordenador do Curso de cada instituição e de um convidado externo, que avaliarão o aluno. As defesas poderão acontecer virtualmente, isto é, por meio de plataforma virtual, e a média das avaliações comporá a nota final da defesa. O desenvolvimento do TFC prevê a seguinte estrutura mínima:

- a disciplina referente à elaboração do TFC promoverá reflexões acerca da elaboração do projeto de intervenção, bem como disponibilizará material para elaboração do referido projeto . Cada

aluno escolherá um curso de EPT, ofertado por uma escola técnica, e deverá contactar o coordenador do referido curso e um docente, para realizar uma entrevista sobre os desafios de ensino da EPT;

- este aluno solicitará autorização para ministrar uma aula ou para realizar uma atividade educativa com alunos desse curso de EPT (preferencialmente técnico);
- o professor da disciplina receberá um formulário de avaliação para preencher e devolver ao coordenador local, como parte da avaliação da atividade;
- o aluno deverá inserir, no AVA Moodle, o seu projeto de intervenção, o relatório da atividade e o formulário de avaliação, para posterior análise do tutor a distância;
- caso a avaliação seja insuficiente, uma nova oportunidade será recomendada ao aluno, como atividade de recuperação (período definido no calendário do curso).

4.6 Atividades de atendimento aos estudantes

A condução de todo o curso é composta por um conjunto de profissionais da educação, que atuam em diferentes níveis de ensino e em atividades diversas, para que a implementação do curso, o apoio ao estudante e o perfeito cumprimento de toda a formação aqui definida sejam garantidos, incluindo o atendimento especial aos estudantes portadores de necessidades específicas, com apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (*Napne*) e das diferentes coordenações, em consonância com a legislação em vigor, com destaque para a Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019 e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

5 ESTÁGIO

Não haverá estágio no curso.

6 AVALIAÇÃO DO CURSO

Ao final do curso, a Coordenação disponibilizará formulário eletrônico de avaliação, que deverá ser preenchido pelos alunos, como instrumento de realimentação para as possíveis novas ofertas, caso aconteçam. A avaliação geral do curso será composta pelas avaliações das disciplinas e da avaliação final do curso.

REFERÊNCIAS

BARATO, J. N. **Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica.** Brasília: UNESCO, 2015.

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Gabinete da Presidência, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 26 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB n. 11/2012.** Brasília: CNE, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 26 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto 9.057 de 2017**, Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm>. Acesso em 26 de março de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB 06 de 2012**, define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: CNE, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação.



Resolução CNE CES 01 de 2018. Brasília: CNE, 2018. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>>.
Acesso em 26 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação.
Resolução CNE/CP nº 2, de 2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: CNE, 2019. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação.
Resolução CNE/CP nº 1, de 2021, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: CNE, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação.
Resolução CNE/CP nº 1, de 2022, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM-Formação). Brasília: CNE, 2022.

BRASIL. **Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006** - Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23-11-2017-decreto-n-5800-uab-pdf>>

CAPES. Instrução Normativa CAPES nº 2, 19/04/2017 – Procedimentos de pagamentos e parâmetros atinentes à concessão de bolsas do Sistema UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3#anchor>

CAPES. **Portaria CAPES nº 102, de 10/05/2019**, regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: <<http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1027#anchor>>

CAPES. **Portaria CAPES nº 218, de 24/09/2018**, regulamenta as diretrizes de admissibilidade de novos polos, permanência e desligamento dos polos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em:

<http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=81#anchor>

CAPES. **Portaria CAPES nº 183, de 21/10/2016** – Diretrizes para concessão e pagamento de bolsas do Sistema UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=294#anchor>

CAPES. **Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017** - Altera a Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=261#anchor>

CLOT, Y. **La fonction psychologique du travail**. Paris: PUF, 1999.

DURRIVE, L. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 47-67, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/03.pdf>.

GARÇON, Anne-Françoise. Les techniques et l'imaginaire. Une question incontournable pour l'historien. **Hypothèses**, 1, p. 221-228, 2005.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. **Trabalho & Educação**. v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago., 2019.

GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, André-Georges. **La Technologie science humaine**. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JONNAERT, P. **Competências e socioconstrutivismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated Learning**. Legitimate Peripheral Participation. New York: Cambridge University Press, 1991.

LEGISLAÇÃO da Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes):

MAUSS, M. **Les techniques du corps**. Edição eletrônica editada por Jean-Marie Tremblay, pelo Cégep, Chicoutimi (CA), 2002. Originalmente publicado em: Journal de Psychologie, XXXII, ne, 3-4, 15 mars – 15 Avril 1936. Disponível em:

<http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf>.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. **As estatísticas da Educação Profissional**: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

MORAES, G. H. **Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade**: a formação da Identidade dos Institutos Federais. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. 2017, v. 98, n. 250, p. 624-637. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

ROSE, M. **O saber no trabalho**: valorização da inteligência do trabalhador. São Paulo: Senac, 2007.

SENNETT, R. **O Artífice**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SIGAUT, F. **Comment homo devient faber**. Paris: CNRS Éditions, 2012.

SIGAUT, F. **L'évolution technique des agricultures européennes avant l'époque industrielle**. [Paris]: [s. n.], 1985.

SIGAUT, F. Haudricourt et la technologie. Preface. In: HAUDRICOURT,

A. G. **La technologie de la science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques.** Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987. p. 1-30.

SIGAUT, F. Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail. **Techniques & Culture**, n. 52, p. 40-49, 2009. 2016.

VERGNAUD, G.; PASTRÉ, P.; MAYEN, P. "La didactique professionnelle". In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional.** Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

PINTO, Á. V. **O conceito de tecnologia.** v. 1 e 2, Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning and identity.** Cambridge, MA: Cambridge University, 1998.

WOLLINGER, P. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: Uma Abordagem Epistemológica.** 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.




INSTITUTO
FEDERAL
Piauí


UAB
UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

Documento Digitalizado Público

PPC do Curso

Assunto: PPC do Curso
Assinado por: Meneses Sobreira
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Raimundo Nonato Meneses Sobreira, COORDENADOR - FGA-IFPI - UAB-IFPI**, em 25/07/2022 09:31:44.

Este documento foi armazenado no SUAP em 25/07/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 221110

Código de Autenticação: 1525700b81

